



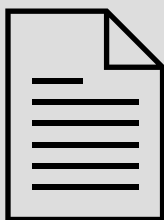
# Relatório de Gestão Consolidado

## IN TCE-PI 01 de 31/03/2022

**Aspectos relevantes na elaboração e publicação do Relatório de Gestão pelos entes jurisdicionados**

**Leonardo Santana Pereira**  
Auditor de Controle Externo  
Assessor de Planejamento  
NPDCEX/SECEX

## O que é?

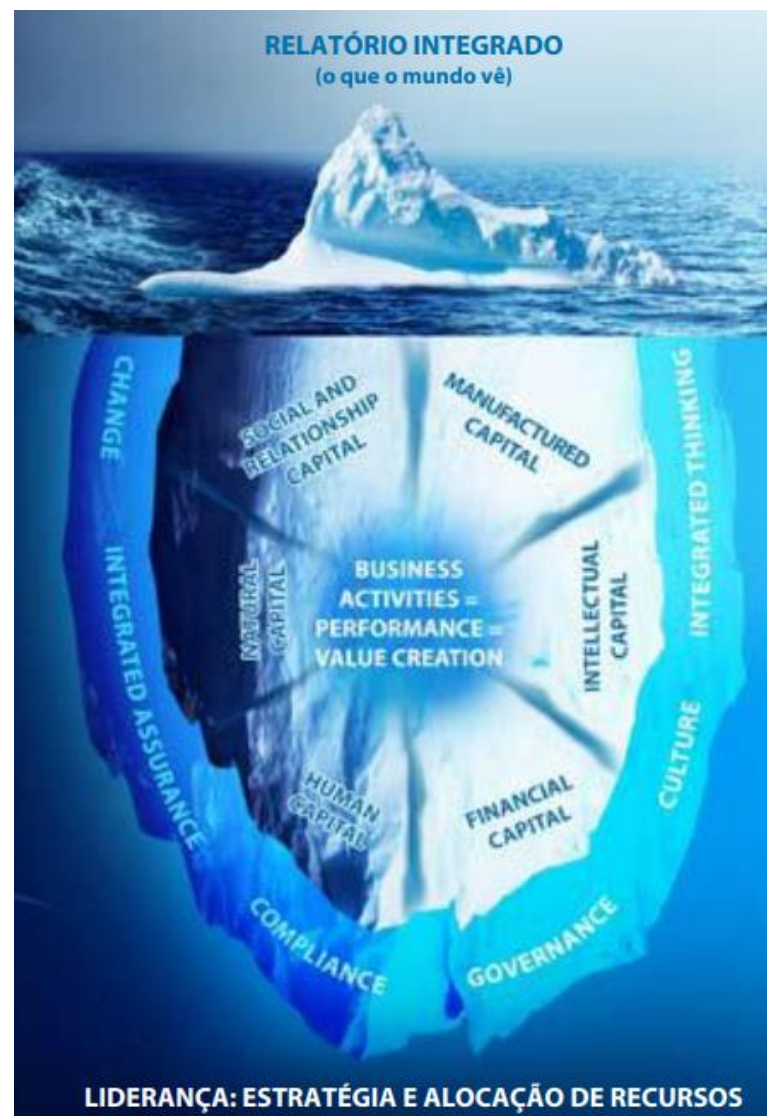


## Relatório de Gestão Consolidado (RGC) ou Relatório de Gestão (RG)

Documento **conciso** com informações **materialmente relevantes** sobre o uso do recurso público e que demonstre o **alcance dos resultados** do exercício e as perspectivas da organização, utilizando-se de uma **linguagem simples** e **elementos visuais** eficazes para transformar informações complexas em **relatórios facilmente compreensíveis**, tendo o **cidadão** e seus **representantes** como **destinatários principais**

# Relatório de Gestão Consolidado

- O modelo utilizado é o de **relato integrado**, também **adotado pelo TCU** para os órgãos e entidades federais;
- O relato integrado **afasta-se do modelo de negócios fragmentado**, ou seja, cada parte do relatório está sob responsabilidade de uma unidade que não entende a informação gerada pela outra e não se comunica com ela, para adotar a forma integrada, participativa e com o envolvimento da alta gestão, o chamado **pensamento integrado**;
- Foco nas **informações não financeiras ou de desempenho**
- **Não** é um relatório de **marketing**.



A ESTRUTURA  
INTERNACIONAL  
PARA RELATO  
INTEGRADO

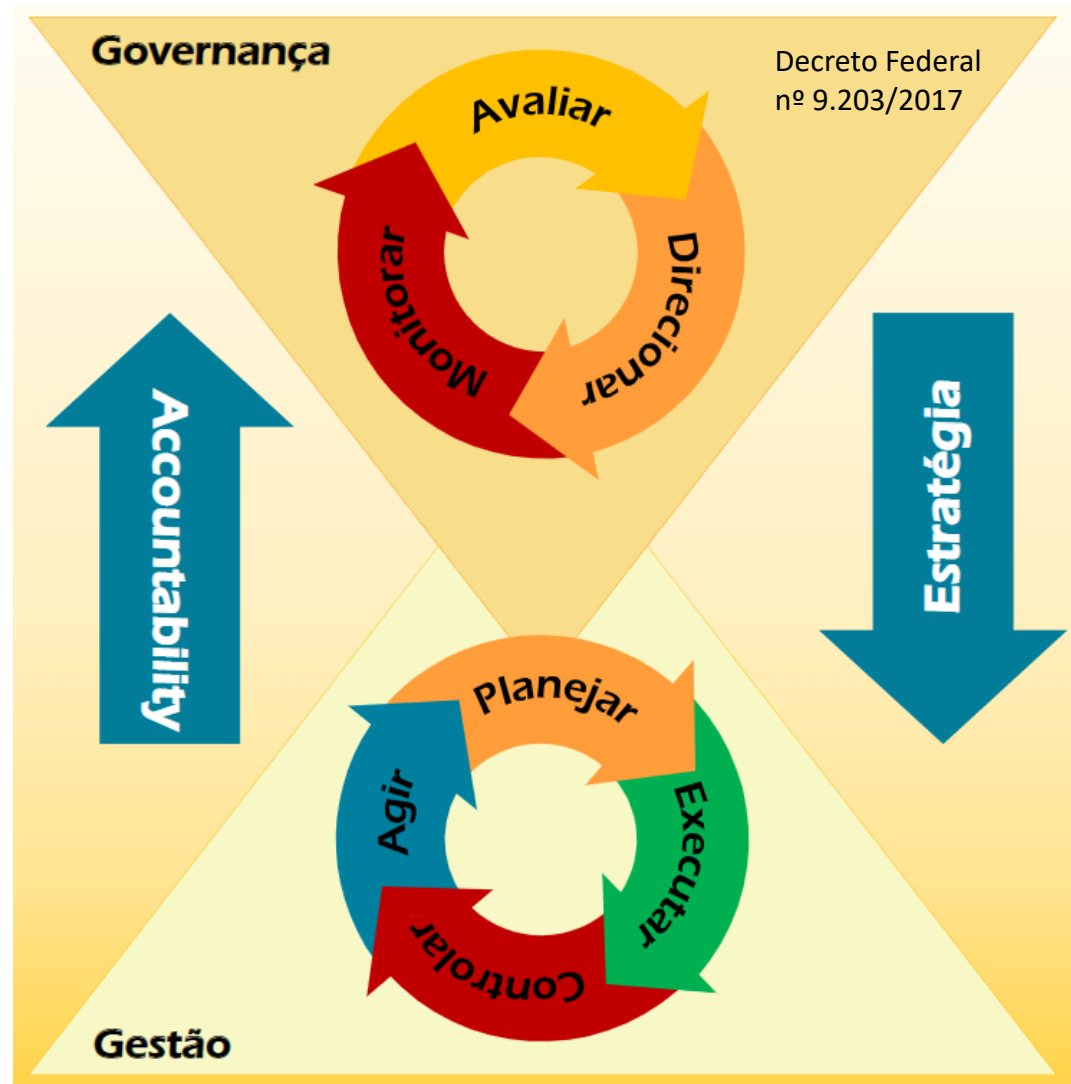


INTEGRATED REPORTING <IR>

International Integrated  
Reporting Council (IIRC)

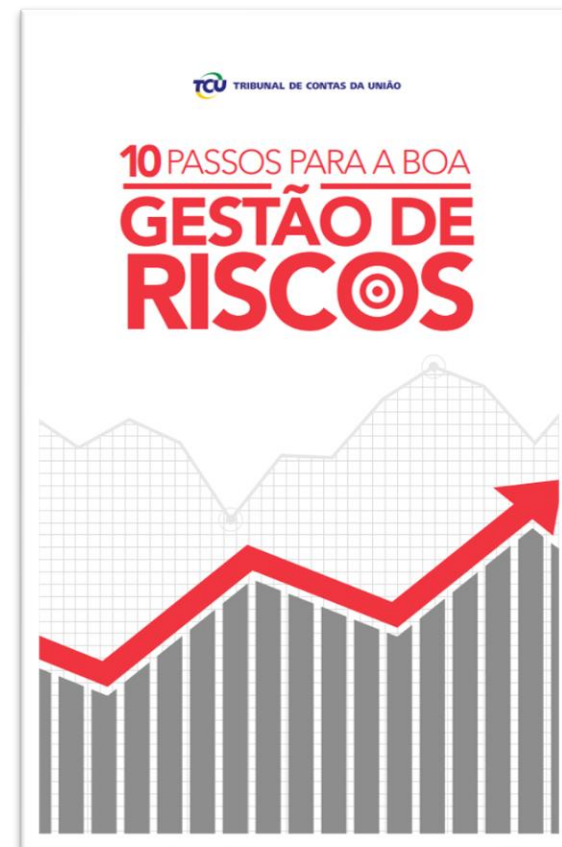
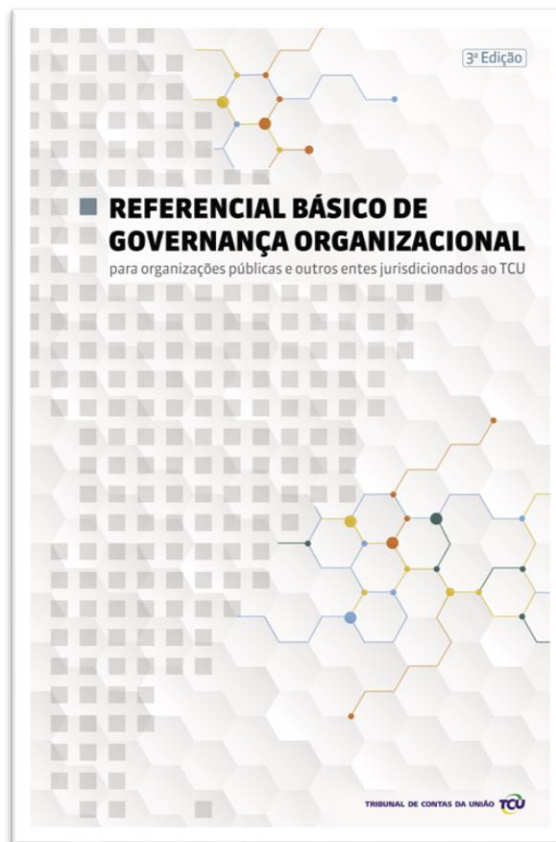
# Relatório de Gestão Consolidado

- RGC passará a ser a **peça central da prestação de contas** no TCE-PI;
- Necessidade de estabelecimento de **estruturas adequadas de governança** nas instituições e órgãos públicos do estado do Piauí;
- RG deve ser **preparado, consolidado e organizado**, preferencialmente, pela estrutura administrativa de **planejamento ou governança** do ente, órgão ou instituição que acompanha o cumprimento dos programas previstos no Plano Plurianual (PPA);
- **Relatório de atividades** poderá cumprir o papel do RG, desde que contenha todos os elementos da IN 001/2022.





# Governança Pública



Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico/publicacoes.htm>

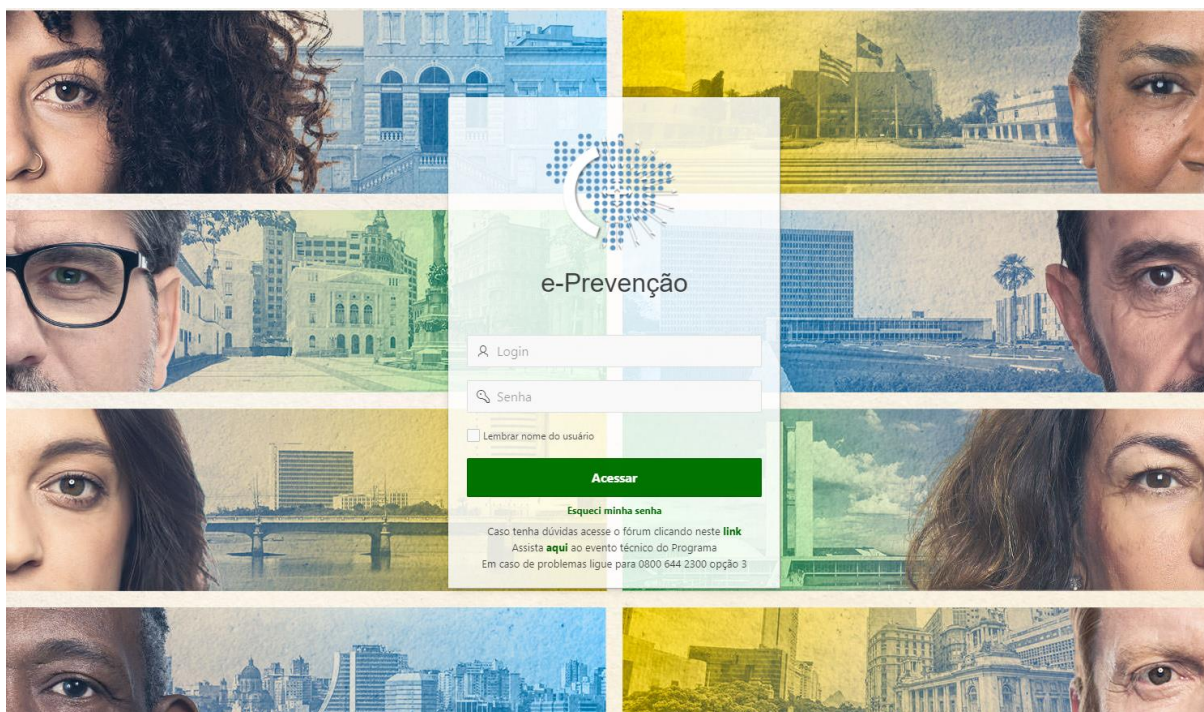
# Programa Nacional de Prevenção à Corrupção



Disponível em: <https://www.rededecontrole.gov.br/>



# Programa Nacional de Prevenção à Corrupção



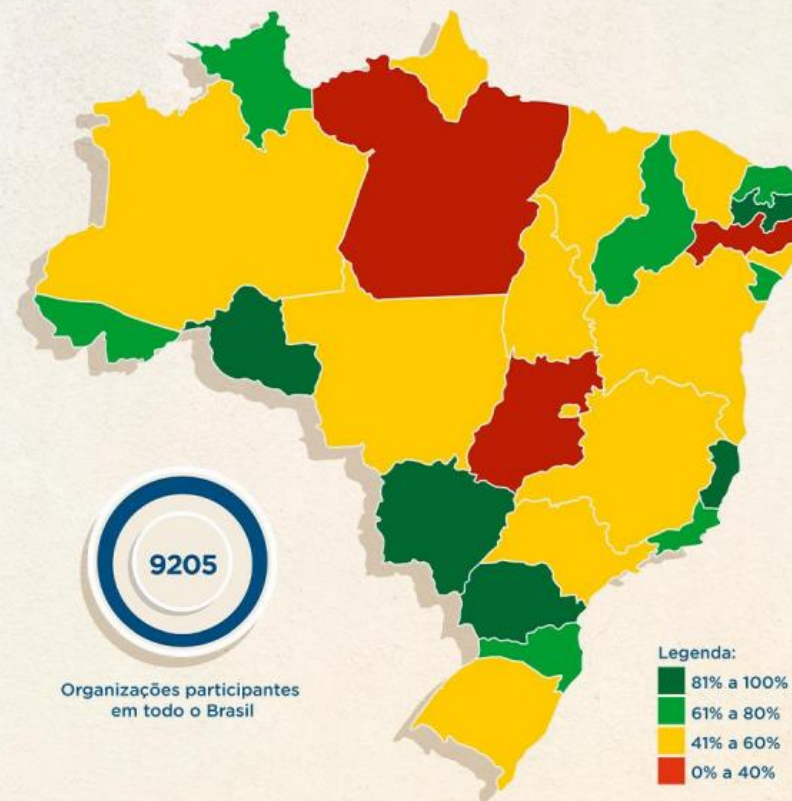
- Plataforma de autosserviço e participação voluntária;
- Avalia a aderência de sua organização às boas práticas de gestão;
- Relatório individual e sigiloso, de caráter exclusivamente orientativo e pedagógico, não visando sancionar ou expor os participantes;
- Não há divulgação de ranking ou exposição de resultados individualizados;
- Acompanhamento do progresso por intermédio de um plano de ação específico;
- Instrumentos de apoio colocados à disposição (orientações, minutas, treinamentos)

# Programa Nacional de Prevenção à Corrupção



1º ciclo de avaliação  
JUN/2021 a DEZ/2021

**60%**  
DO SETOR PÚBLICO  
BRASILEIRO **ADERIU**  
AO PNPC

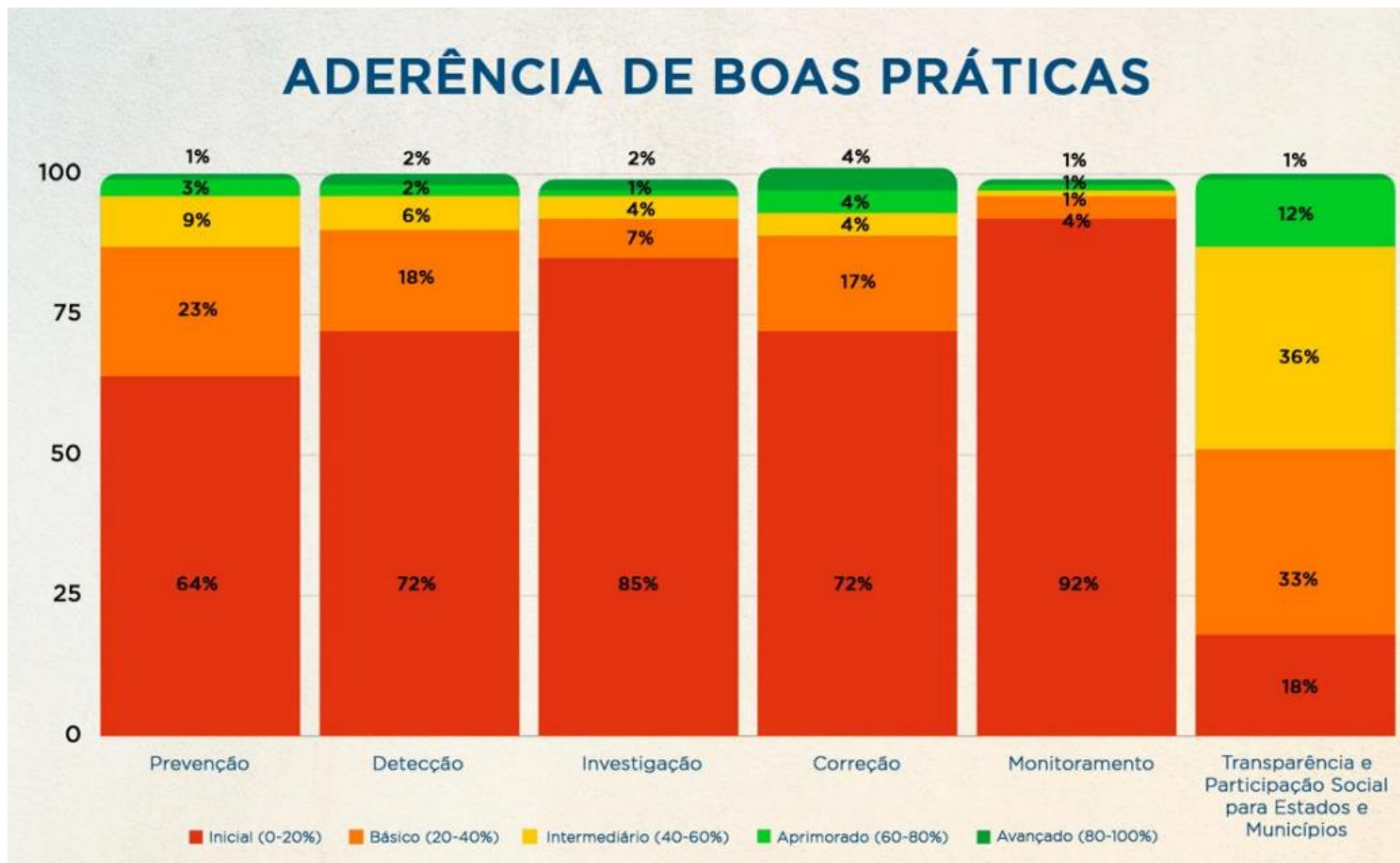


# Programa Nacional de Prevenção à Corrupção





# Programa Nacional de Prevenção à Corrupção



# Relatório de Gestão Consolidado

## Princípios do Relatório de Gestão Consolidado

Art. 4º da IN TCE-PI nº 001/2022

### Objetivo principal



**SER LIDO**

Foco estratégico e no cidadão

Conectividade da informação

Relações com as partes interessadas

Materialidade

Concisão

Confiabilidade e completude

Coerência e comparabilidade

Clareza

Tempestividade

Transparência

# Relatório de Gestão Consolidado

Foco estratégico e no cidadão

Apresentar a **direção estratégica** da organização na busca de **resultados para a sociedade**

Conectividade da informação

**Visão integrada** da interrelação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos

Relações com partes interessadas

Demonstrar as **relações** com suas principais partes interessadas

Materialidade

Deve ser divulgada informações com **conteúdo relevante** para a sociedade

Concisão

Os textos **não devem** ser mais **extensos** do que o necessário

Confiabilidade e completude

Deve abranger **todos os temas** materiais **positivos e negativos**, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos

Coerência e comparabilidade

Informações apresentadas em **bases coerentes ao longo do tempo**, que permita o acompanhamento de séries históricas e comparação com outras unidades

Clareza

Deve conter **linguagem simples e elementos visuais eficazes** para transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis

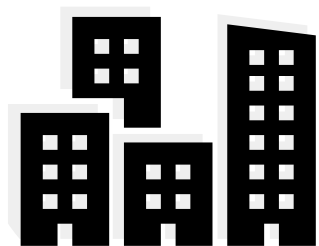
Tempestividade

As informações devem estar disponíveis em **tempo hábil** para suportar os processos de **tomada de decisão**

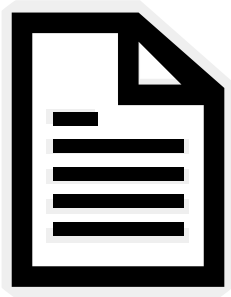
Transparência

Deve ser realizada a **comunicação aberta, voluntária e transparente** das atividades e dos resultados

## Definição: UPC x UARG

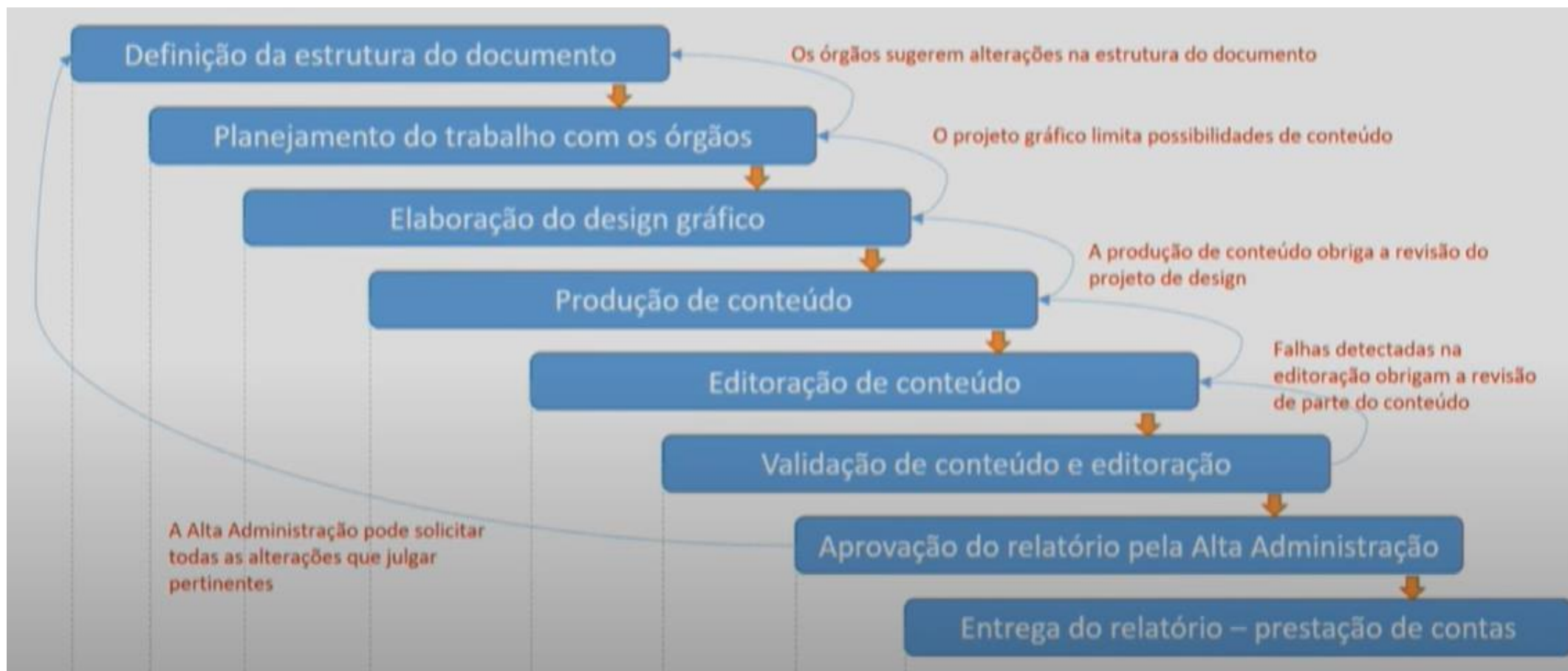


**Unidade Prestadora de Contas (UPC):** unidade ou arranjo de unidades da administração pública que possua comando e objetivos comuns e cujos gestores são obrigados a prestar contas ao Tribunal



**Unidade Apresentadora de Relatório de Gestão (UARG):** unidade da administração pública cujo dirigente máximo deve organizar, consolidar e apresentar ao Tribunal de Contas do Estado o relatório de gestão de uma ou mais UPC.

## Processo de elaboração do RGC





# Relatório de Gestão Consolidado

## Elementos do Relatório de Gestão Consolidado

Elementos/Conteúdo	Perguntas que devem ser respondidas
<b>I - Elementos pré-textuais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Como localizar as informações contidas no relatório? (capa, sumário, lista de ilustrações etc)</li></ul>
<b>II - Mensagem do dirigente máximo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Quais os principais pontos de destaque do relatório?</li><li>• De forma resumida, quais foram os principais resultados alcançados?</li><li>• Quais foram as prioridades da gestão?</li></ul>
<b>III - Visão geral organizacional e ambiente externo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Quem somos? (missão, visão e valores)</li><li>• O que a organização faz? (municípios: quais e como são organizados os serviços públicos de interesse local? - art. 30,V, da CF/88)</li><li>• Qual a estrutura organizacional e de governança?</li><li>• Quais as principais normas de funcionamento? (municípios: Lei Orgânica e as principais normas de organização dos serviços públicos de competência municipal (CTM, Plano Diretor etc)</li><li>• Quais os macroprocessos ou modelo de negócios ou políticas e programas de governo em que atua?</li><li>• Quais os objetivos estratégicos da organização, para onde deseja ir e como ela pretende chegar lá?</li><li>• Quais são as circunstâncias em que atua?</li></ul>

# Relatório de Gestão Consolidado

## Elementos do Relatório de Gestão Consolidado

Elementos/Conteúdo	Perguntas que devem ser respondidas
<b>IV - Governança, riscos e resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Quais os desafios e incertezas (riscos) que a organização enfrentou e provavelmente enfrentará no seu desempenho?</li><li>Quais os principais <b>resultados finalísticos</b> alcançados pela organização?</li><li>Quais os principais <b>resultados de suporte e gerencial</b> da organização? (gestão de pessoas, comunicação com a sociedade, gestão das licitações e contratos, gestão patrimonial e serviços gerais, gestão de TI, correição etc)</li></ul>
<b>V - Informações orçamentárias, financeiras e contábeis</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Quais as principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis, inclusive de custos, que dão suporte às informações de desempenho da organização no período.</li></ul>
<b>VI - Apêndices</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Existem outros documentos e informações úteis à compreensão do relatório?</li><li>Quem são e como entrar em contato com os responsáveis e gestores das UPCs?</li></ul>

# Capa e Identidade Visual

RG do Ministério da Saúde de 2021



RG do STF de 2021



# Sumário



<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>
<b>MENSAGEM DO MINISTRO</b>	<b>RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO</b>	<b>CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO</b>
<b>2</b>	<b>29</b>	<b>203</b>
<b>VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA</b>		
<b>3</b>		
<b>1.1</b> Identificação da UPC (Unidade Prestadora de Contas)	Ministério em números	<b>3.1</b> Gestão Orçamentária e Financeira
4	30	204
<b>1.2</b> Estrutura Organizacional	<b>2.1</b> Atenção Primária	<b>3.2</b> Gestão de Pessoas
5	32	217
<b>1.3</b> Cadeia de Valor	<b>2.2</b> Atenção Especializada	<b>3.3</b> Gestão de Licitações e Contratos
9	68	226
<b>1.4</b> Mapa Estratégico	<b>2.3</b> Assistência farmacêutica	<b>3.4</b> Gestão Patrimonial e Infraestrutura
10	141	234
<b>1.5</b> Políticas Estratégicas	<b>2.4</b> Vigilância em Saúde	<b>3.5</b> Gestão de Tecnologia da Informação
11	148	236
<b>1.6</b> Planejamento e Monitoramento	<b>2.5</b> Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos	<b>3.6</b> Gestão de Custos
13	174	244
<b>1.7</b> Descrição dos objetivos do Exercício	<b>2.6</b> Saúde Indígena	<b>3.7</b> Sustentabilidade Ambiental
17	187	245
<b>1.8</b> Monitoramento dos Instrumentos de Planejamento	<b>2.7</b> Aprimoramento da Gestão e Educação na Área da Saúde	<b>3.8</b> Relacionamento com a Sociedade
19	194	247
<b>1.9</b> Estrutura de Governança	<b>2.8</b> Saúde Digital	
23	199	
<b>1.10</b> Oportunidades e Perspectivas		
26		

RG do Ministério da Saúde de 2021

## Sumário

### Mensagem do Presidente do IBGE 5

### 1 Visão geral, organizacional e ambiente externo 11

- Identidade Institucional
  - Onde estamos
- Estrutura organizacional
- Ambiente de atuação
- Cenário nacional e internacional de 2021
- O Modelo de Negócios do IBGE e a Cadeia de Valor Institucional
  - Modelo de negócios
  - Cadeia de Valor do IBGE

- Relacionamento com a sociedade
- Resultados e desempenho da gestão
  - Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão
  - Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas
  - Ensino superior, pesquisa e extensão
  - Outros resultados
- Resultados das principais áreas de gestão do IBGE
  - Gestão orçamentária e financeira
  - Gestão de custos
  - Gestão de pessoas
  - Gestão de licitações e contratos
  - Gestão patrimonial e infraestrutura
  - Gestão da tecnologia da informação
  - Sustentabilidade ambiental

### 2 Riscos, oportunidades e perspectivas 23

- Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2021
  - Identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos
  - Riscos Estratégicos
  - Riscos Operacionais
  - Riscos de Integridade

### 4 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis 148

- Demonstrações contábeis
- Notas explicativas
- Normas e procedimentos
- Informações acerca do setor de contabilidade do IBGE

### 3 Governança, estratégia e desempenho 27

- Estratégia
- Estrutura de governança
- Apoio da estrutura de governança

RG do IBGE de 2021



# Mensagem do dirigente máximo

Na fala do dirigente máximo, é importante destacar as prioridades de gestão

## Mensagem da Reitoria

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Gestão da UFRPE referente ao ano de 2018, com a nova abordagem baseada no Relato Integrado.

Desde a publicação da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 1, de 10 de maio de 2016 e do Decreto da Presidência da República Nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que a Governança vem ganhando destaque nas organizações públicas, e com certeza o Relatório Integrado é mais um instrumento de accountability resultante desse novo processo de Governança Pública.

As Instituições Federais de Educação Superior estão inseridas em um ambiente complexo e dinâmico, marcado por velozes e constantes transformações, que envolvem avanços tecnológicos, novos paradigmas comunicacionais e fluxos sociais cada vez mais interativos e conectados. Nesse cenário, a gestão institucional busca adaptar-se às mudanças, ao seguir modelos e métodos mais participativos, transparentes e céleres e, dessa forma, contribuir com novas dinâmicas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Pautada nessas novas dinâmicas, e com ênfase na inovação e na constante melhoria do desempenho institucional, a Universidade Federal Rural de Pernambuco empenha-se por alcançar resultados cada vez mais próximos de sua missão.



### MISSÃO

Construir e disseminar conhecimento e inovação, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atenta aos anseios da sociedade.

Consciente de seu papel transformador, a UFRPE assume essa importância no desenvolvimento da Educação Superior, pautada na adoção de ações que contribuam para a qualidade de vida das pessoas. Respalçada nessas convicções orientadoras e inspiradoras, a instituição vem continuamente ampliando suas áreas de atuação, sempre comprometida com a excelência, possui como crenças mais fundamentais, seus valores, definidos no seu Plano de Desenvolvimento institucional 2013- 2020.

A UFRPE possui 107 anos de tradição em ensino, extensão e pesquisa no Estado e no país. Sua história secular é marcada, ao mesmo tempo, pela capacidade de inovação ao buscar contribuir com a superação dos problemas socioambientais e o desenvolvimento sustentável. A formação em ciências agrárias, antes a principal finalidade da Universidade, atualmente, é mais uma área da atuação, juntamente com as áreas de Ciências Humanas, Sociais, Biológicas, Exatas e da Terra

Diante da perspectiva de se consolidar cada vez mais como uma Universidade pública, gratuita, de qualidade e referenciada, a Universidade Federal Rural de Pernambuco atua motivada a aperfeiçoar a gestão e implementar políticas, programas e ações de articulação e cooperação para o aprimoramento de sua estratégia.



## MENSAGEM DO MINISTRO

Em 2021, o país teve como desafio, pelo segundo ano, a maior emergência sanitária já enfrentada. O Ministério da Saúde, em conjunto com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, não mediu esforços para execução das ações necessárias para enfrentamento da covid-19, visando conter a sua proliferação e garantir o atendimento necessário aos pacientes contaminados. Destacam-se as transferências financeiras aos demais entes federativos visando a abertura e o custeio de leitos de terapia intensiva, a aquisição e distribuição de medicamentos utilizados na intubação orotraqueal de pacientes, o fornecimento de testes para detecção da doença e, em especial, a adoção de estratégia diversificada para compra de vacinas, resultando na maior Campanha de Vacinação da história nacional.

Além das ações para enfrentamento da pandemia, o documento registra a continuidade e o aperfeiçoamento das demais ações de saúde pública, garantindo o direito da população brasileira à saúde.

São descritos aspectos relevantes do funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), com informações detalhadas sobre como foram empregados os recursos humanos, físicos e financeiros necessários ao funcionamento do Sistema.

O Relatório foi construído coletivamente, com o envolvimento dos diferentes setores do Ministério, e está organizado em três grandes eixos, para facilitar ao leitor compreender a atuação do Ministério da Saúde na gestão do SUS. Boa leitura a todos!

**Marcelo Queiroga**  
Ministro da Saúde

O RELATÓRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DISCORRE SOBRE AS PRINCIPAIS INICIATIVAS DA POLÍTICA DE SAÚDE EXECUTADAS EM 2021, TORNANDO PÚBLICOS RESULTADOS ALCANÇADOS E REFLETINDO SOBRE OBSTÁCULOS A SEREM CONFRONTADOS.



# Mensagem do dirigente máximo

Mensagem do presidente do IBGE

Foto: Licia Rubinsteyn/IBGE



**Eduardo Luiz G. Rios Neto**  
Presidente do IBGE

**Para mim é, ao mesmo tempo, honra e desafio liderar uma instituição tão profissional como essa, com missão tão nobre e relevante para a nação brasileira.**

## Mensagem do Presidente do IBGE

Como em 2020, o ano de 2021 continuou trazendo percalços que demandam adaptabilidade na administração do IBGE. Enquanto o final de 2020 apontava para o arrefecimento da pandemia e a previsibilidade da realização do Censo Demográfico em 2021, o segundo pico da COVID-19, que se iniciou na passagem de ano, agregou-se às dificuldades na aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2021 para demandar novas medidas estruturantes para o desafio do IBGE no cumprimento de sua missão.

Nossa expectativa era de que os dois bilhões de reais previstos para o Censo no Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2021 fossem aprovados. Em 25 de março, a Comissão Mista do Orçamento e o Congresso Nacional votaram um corte de mais de 90% no orçamento do Censo. Após a sanção da Lei Orçamentária Anual pelo Presidente da República, foi comunicado que o Censo Demográfico não se realizaria em 2021 por falta de previsão orçamentária. A gestão para a realização do Censo Demográfico em 2022 seria feita ainda em 2021, na Junta de Execução Orçamentária. No bojo desse processo, a então Presidente Susana Guerra pediu exoneração e fui nomeado Presidente do IBGE no dia 27 de abril.

No mês de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou parcialmente a medida liminar deferida pelo Ministro Marco Aurélio Melo, em tutela de urgência, mediante parecer de força executória, em que a União deveria viabilizar a realização do Censo Demográfico em 2022,

seguindo os parâmetros técnicos determinados pelo IBGE, adotando todas as medidas administrativas e legais necessárias.

Mediante a decisão do STF, o IBGE tratou de incluir o Censo Demográfico no PLOA 2022, além de buscar créditos adicionais junto à Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento (SETO) do Ministério da Economia, para que as atividades preparatórias para o Censo, a serem realizadas em 2021, não sofressem descontinuidades com danos irreparáveis. Os créditos adicionais foram obtidos e viabilizaram o andamento das atividades de planejamento do Censo para 2022 durante o segundo semestre de 2021.

No caso do PLOA para 2022, o IBGE refez o orçamento levando em conta o crescimento populacional, o ajuste nos custos, tendo por base a inflação até meados de 2021, e recalibrando a relação supervisor/recenseador. O novo valor para o PLOA chegou a 2,292 bilhões de reais. O Ministério da Economia encaminhou o valor de 2 bilhões de reais para o PLOA 2022, mediante contestação do IBGE, de que o valor requisitado seria absolutamente necessário. A SETO autorizou emenda ao PLOA 2022, fixando o valor total para o Censo Demográfico em 2,292 bilhões de reais.

A decisão do STF e a correção da SETO do Ministério da Economia garantiram o valor necessário para a realização do Censo Demográfico em 2022 e a Comissão Mista Orçamentária confirmou este valor, que acabou sendo sancionado pelo Presidente da República.

Relatório de Gestão 2021

**IBGE**

7

# Visão geral organizacional e ambiente externo



## 01

**VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA**

## Quem somos (missão, visão, valores)?



**01** VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA

### 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

Segundo o art. 196 da Constituição Federal de 1988, "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Para cumprir o mandamento constitucional, os orientadores estratégicos fundamentais que embasam as ações do Ministério da Saúde estão definidos da seguinte forma:

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Promover a saúde e o bem-estar de todos, por meio da formulação e da implementação de políticas públicas de saúde, pautando-se pela universalidade, pela integralidade e pela equidade.	Sistema de saúde público efetivo e reconhecido por todos.	Inovação Comprometimento Empatia Transparência Ética Eficiência e Efetividade Sinergia Sustentabilidade

Fonte: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO/MS



# Visão geral organizacional e ambiente externo

Quem somos  
(missão, visão,  
valores)?

## 1 Visão geral, organizacional e ambiente externo

### Identidade Institucional

#### Quem somos

O IBGE é uma instituição da administração pública federal, vinculada ao Ministério da Economia, que tem por missão "retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania", por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações estatísticas e geoespaciais. Entre as informações estatísticas, destacam-se as de natureza demográfica e socioeconômica. Já os dados geoespaciais referem-se àqueles de natureza geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Suas principais atribuições incluem coordenar as atividades dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, bem como realizar pesquisas, levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento das realidades física, econômica, social e ambiental do País. Tais competências visam prover insumos para o planejamento econômico e social e à segurança nacional, sendo o IBGE o principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e ao monitoramento das dinâmicas econômica, demográfica, social, política e espacial da sociedade brasileira.

É no desempenho de suas principais atribuições que o IBGE oferece uma visão completa e atual do País, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

### IDENTIDADE INSTITUCIONAL

#### NOME

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

#### MISSÃO

Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

#### VISÃO DE FUTURO

Consolidar o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional com informações públicas, facilitando o acesso e o uso aos cidadãos.

#### VALORES

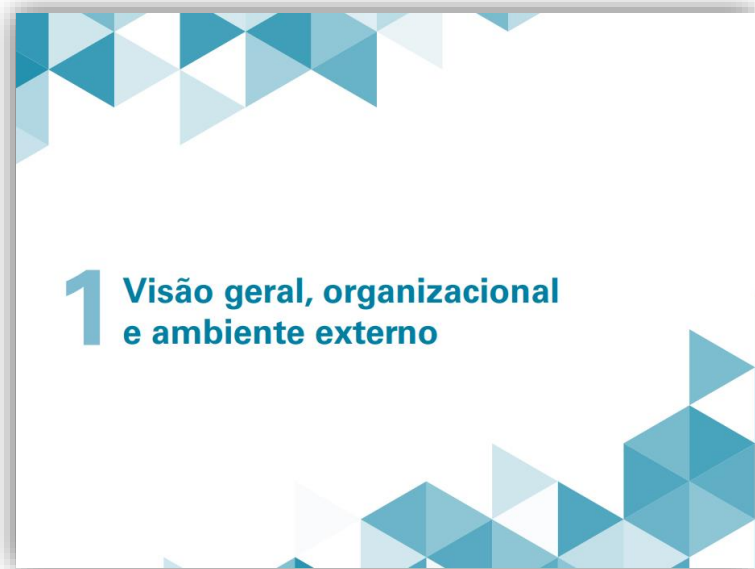
Ética e profissionalismo; respeito à confidencialidade; imparcialidade e independência; qualidade e transparência; foco nos usuários; respeito ao informante; valorização dos talentos.



Fonte: Acervo IBGE

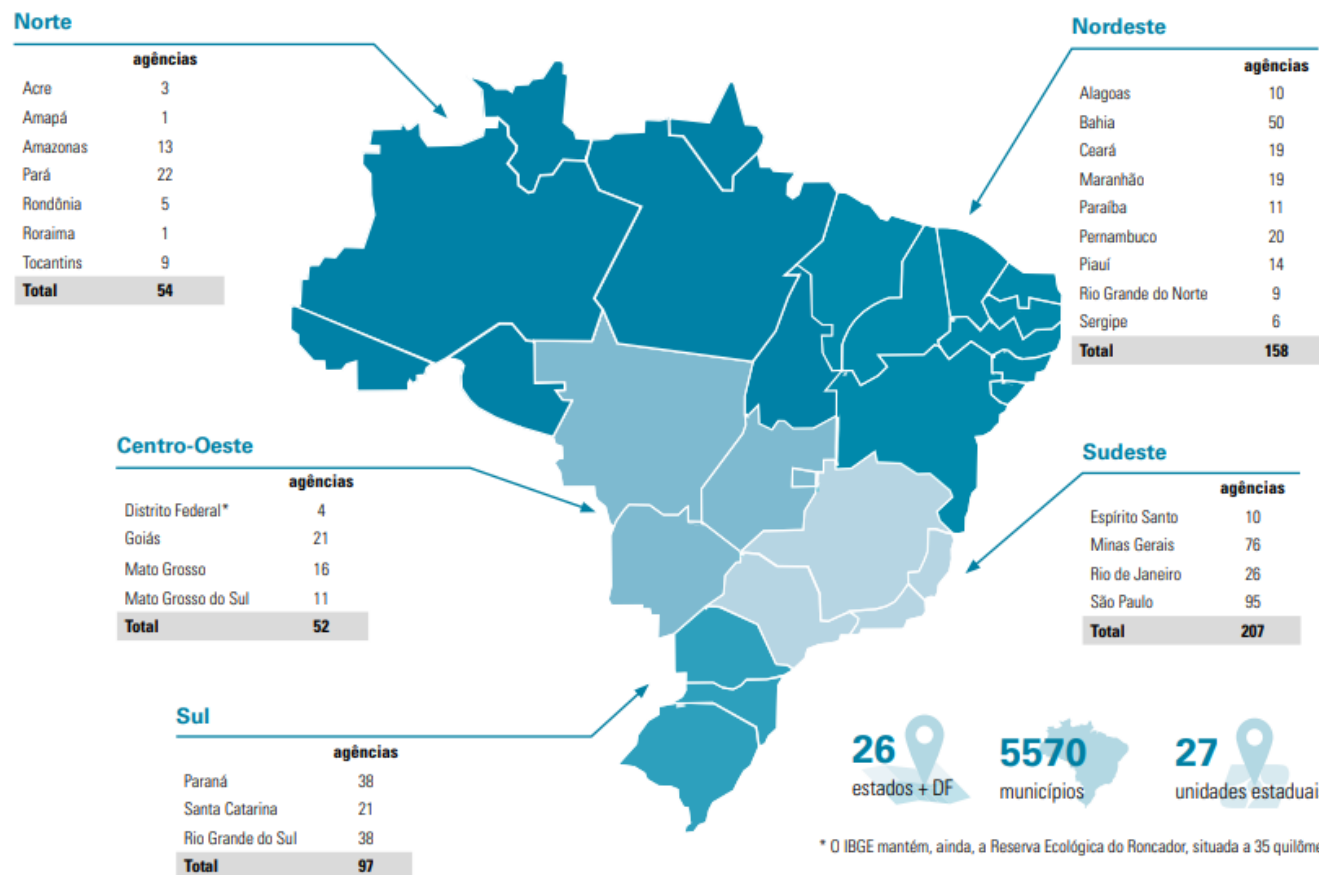
# Visão geral organizacional e ambiente externo

## Quem somos?



### Onde estamos

O IBGE está presente em todo o território brasileiro, por meio de uma rede nacional de pesquisa e disseminação.



\* O IBGE mantém, ainda, a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 quilômetros ao sul de Brasília.

Fonte: IBGE, 2021

# Visão geral organizacional e ambiente externo

Quem somos (missão, visão, valores)?

## Quem somos

Somos uma sociedade anônima de capital aberto cuja motivação é prover a energia que move a sociedade a realizar o seu potencial. Atuamos, por meio da capacidade técnica única dos nossos colaboradores, nas atividades de exploração e produção, refino, gás natural, energia elétrica, logística, comercialização, distribuição de derivados, petroquímica, renováveis e fertilizantes.

UMA EMPRESA INTEGRADA DE ENERGIA, QUE EVOLUI COM A SOCIEDADE, GERA ALTO VALOR E TEM CAPACIDADE TÉCNICA ÚNICA.

Fonte: RG 2018 Petróleo Brasileiro S.A.



- RESPEITO À VIDA, ÀS PESSOAS E AO MEIO AMBIENTE;
- ÉTICA E TRANSPARÊNCIA;
- ORIENTAÇÃO AO MERCADO;
- SUPERAÇÃO E CONFIANÇA;
- RESULTADOS.



# Visão geral organizacional e ambiente externo

Quem somos (missão, visão, valores)?

## MISSÃO

Garantir a supremacia da Constituição, com respeito à segurança jurídica, aos direitos fundamentais e à integridade do Estado Democrático de Direito.

## VISÃO

Alcançar o patamar de corte preponderantemente constitucional, 100% digital, com prestação jurisdicional eficiente e alinhamento entre inteligência humana e inteligência artificial.

## VALORES

- Participação
- Transparência
- Integridade
- Valorização das pessoas
- Sustentabilidade
- Foco no cidadão
- Responsabilidade
- Inovação

RG do STF de 2021

# Visão geral organizacional e ambiente externo

O que a organização faz?

## 01 | VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA

### 1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Ministério da Saúde é um órgão da administração pública federal direta, responsável pelas seguintes áreas de atuação, conforme a Lei n.º 13.844, de 18 de junho de 2019:



POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE



COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)



SAÚDE AMBIENTAL E AÇÕES DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDIVIDUAL E COLETIVA, INCLUSIVE A DOS TRABALHADORES E A DOS ÍNDIOS



INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE



AÇÕES PREVENTIVAS EM GERAL, VIGILÂNCIA E CONTROLE SANITÁRIO DE FRONTEIRAS E DE PORTOS MARÍTIMOS, FLUVIAIS, LACUSTRES E AÉREOS



INSUMOS CRÍTICOS PARA A SAÚDE



VIGILÂNCIA DE SAÚDE, ESPECIALMENTE QUANTO A DROGAS, MEDICAMENTOS E ALIMENTOS



PESQUISAS CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA ÁREA DE SAÚDE



A estrutura organizacional vigente é definida pelo Decreto n.º 9.795/2019, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Saúde.

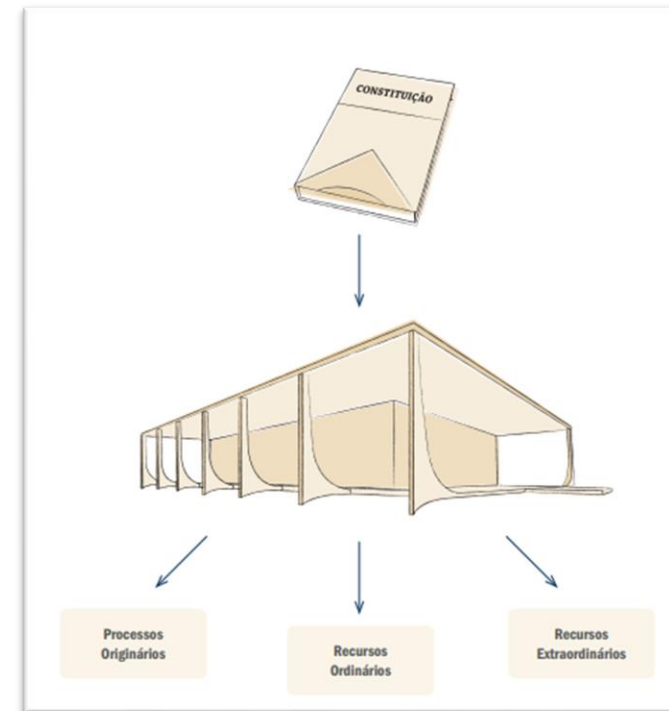
# Visão geral organizacional e ambiente externo

O que a organização faz?

## 1 Finalidade e competência institucionais

O Supremo Tribunal Federal (STF) é o órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, ao qual compete, precipuamente, a guarda da Constituição da República.

É composto por onze Ministros, todos brasileiros natos, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.



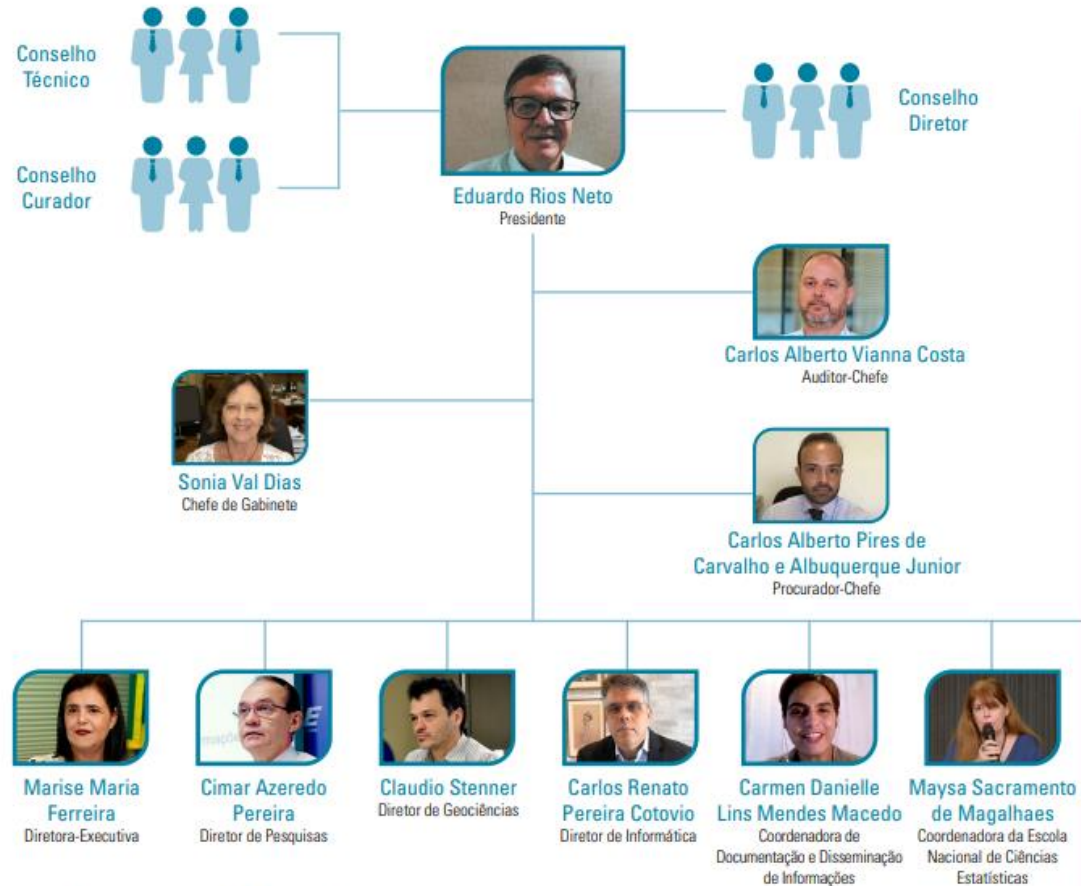
RG do STF de 2021

# Visão geral organizacional e ambiente externo

## Estrutura Organizacional e Normas de funcionamento

### 1 Visão geral, organizacional e ambiente externo

### Estrutura organizacional



### Chefes das Unidades Estaduais do IBGE

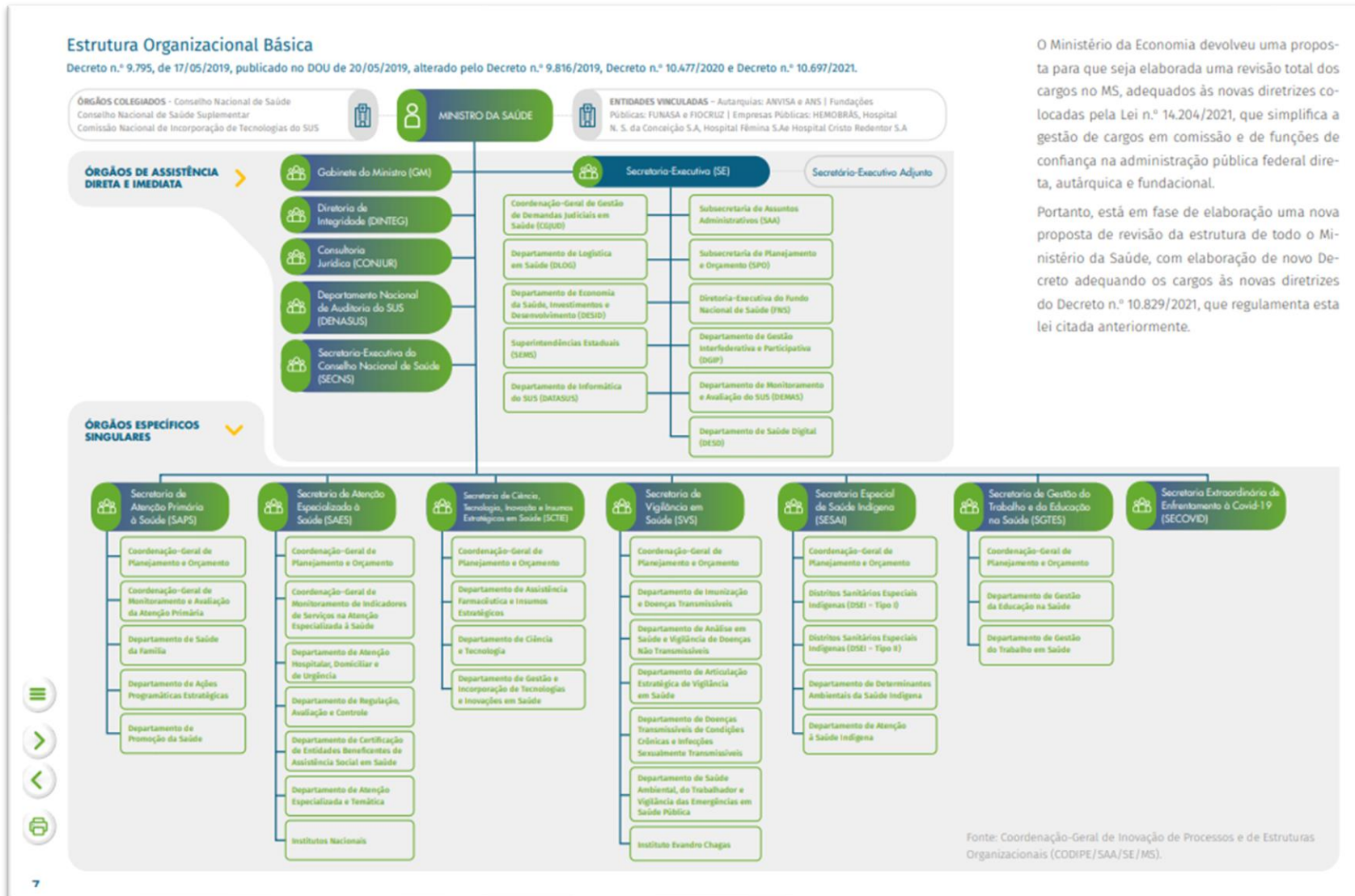
Marco Fábio de Sousa Esteves (AC)  
Alcides Jerônimo de Almeida Tenório Júnior (AL)  
José Ilcleson Mendes Coelho (AM)  
Haroldo Canto Ferreira (AP)  
Artur Ferreira da Silva Filho (BA)  
Francisco José Moreira Lopes (CE)  
Silvio Rogério Potier dos Santos (DF)  
Max Athayde Fraga (ES)  
Edson Roberto Vieira (GO)  
Marcelo Virgínio de Melo (MA)  
Maria Antônia Esteves da Silva (MG)  
Mario Alexandre de Pinna Frazeto (MS)  
Millane Chaves da Silva (MT)  
Rony Helder Nogueira Cordeiro (PA)  
Roberto Salgado Beato (PB)  
Gliner Dias Alencar (PE)  
Leonardo Santana Passos (PI)  
Sinval Dias dos Santos (PR)  
José Francisco Teixeira Carvalho (RJ)  
Damiao Ernane de Souza (RN)  
Luiz Cleyton Holanda Lobato (RO)  
Roberto Maykot Kuerten (RR)  
Jose Renato Braga de Almeida (RS)  
Roberto Kern Gomes (SC)  
Adriane Almeida do Sacramento (SE)  
Francisco Garrido Barcia (SP)  
Paulo Ricardo da Silva Amaral Jesus (TO)

Fotos: Acervo IBGE, Agência Brasil/EBC, Agência O Globo.



# Visão geral organizacional e ambiente externo

## Estrutura Organizacional e Normas de funcionamento



O Ministério da Economia devolveu uma proposta para que seja elaborada uma revisão total dos cargos no MS, adequados às novas diretrizes colocadas pela Lei n.º 14.204/2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Portanto, está em fase de elaboração uma nova proposta de revisão da estrutura de todo o Ministério da Saúde, com elaboração de novo Decreto adequando os cargos às novas diretrizes do Decreto n.º 10.829/2021, que regulamenta esta lei citada anteriormente.



# Visão geral organizacional e ambiente externo

Estrutura  
Organizacional e  
Normas de  
funcionamento

Plenário

Presidente



Ministro  
**Luiz Fux**

Primeira Turma



Ministra  
**Cármen Lúcia**



Ministro  
**Dias Toffoli**



Ministra  
**Rosa Weber**



Ministro  
**Roberto Barroso**



Ministro  
**Alexandre  
de Moraes**

Segunda Turma



Ministro  
**Nunes Marques**



Ministro  
**Gilmar Mendes**



Ministro  
**Ricardo  
Lewandowski**



Ministro  
**Edson Fachin**

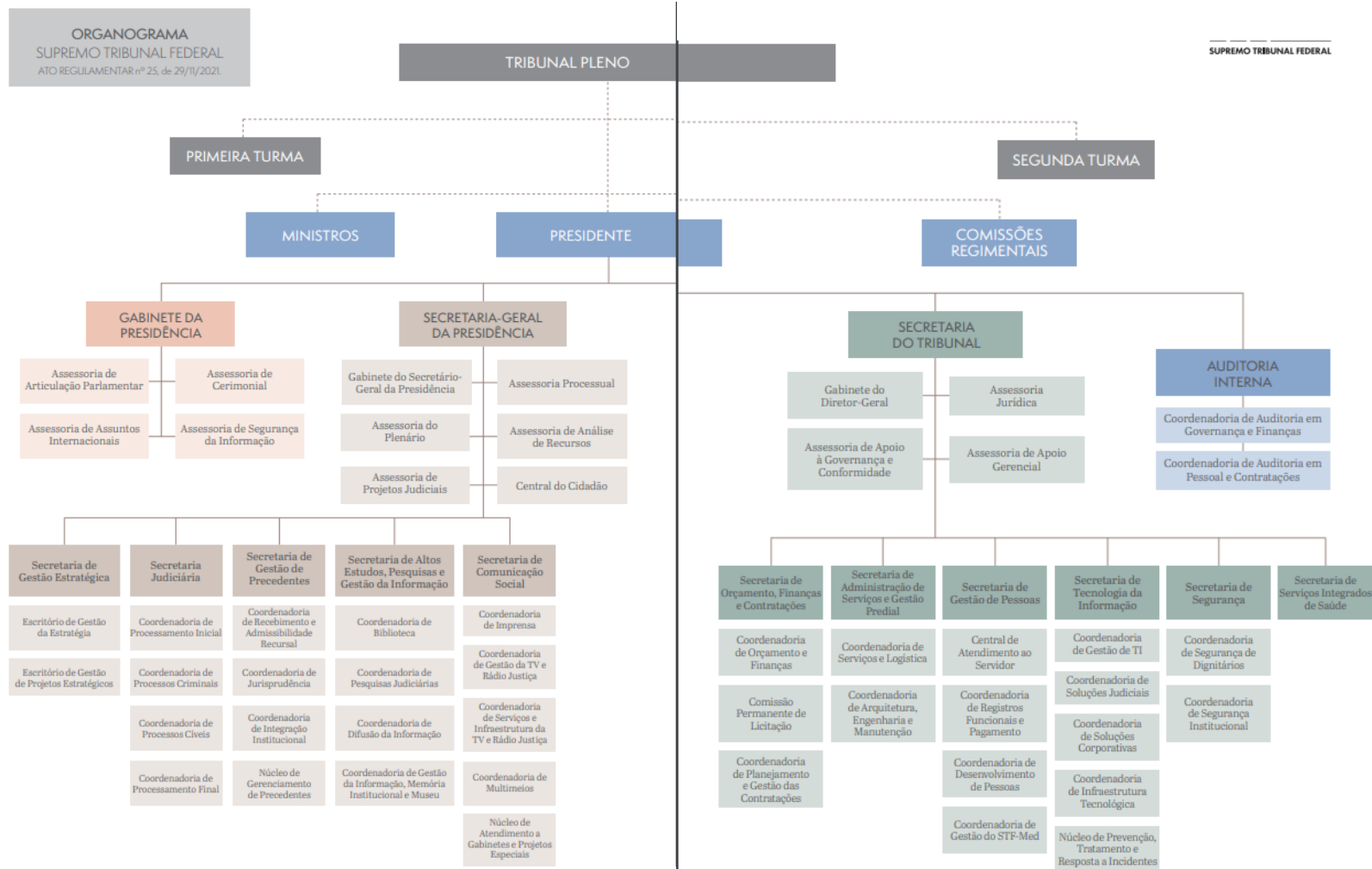


Ministro  
**André Mendonça**

RG do STF de 2021

# Visão geral organizacional e ambiente externo

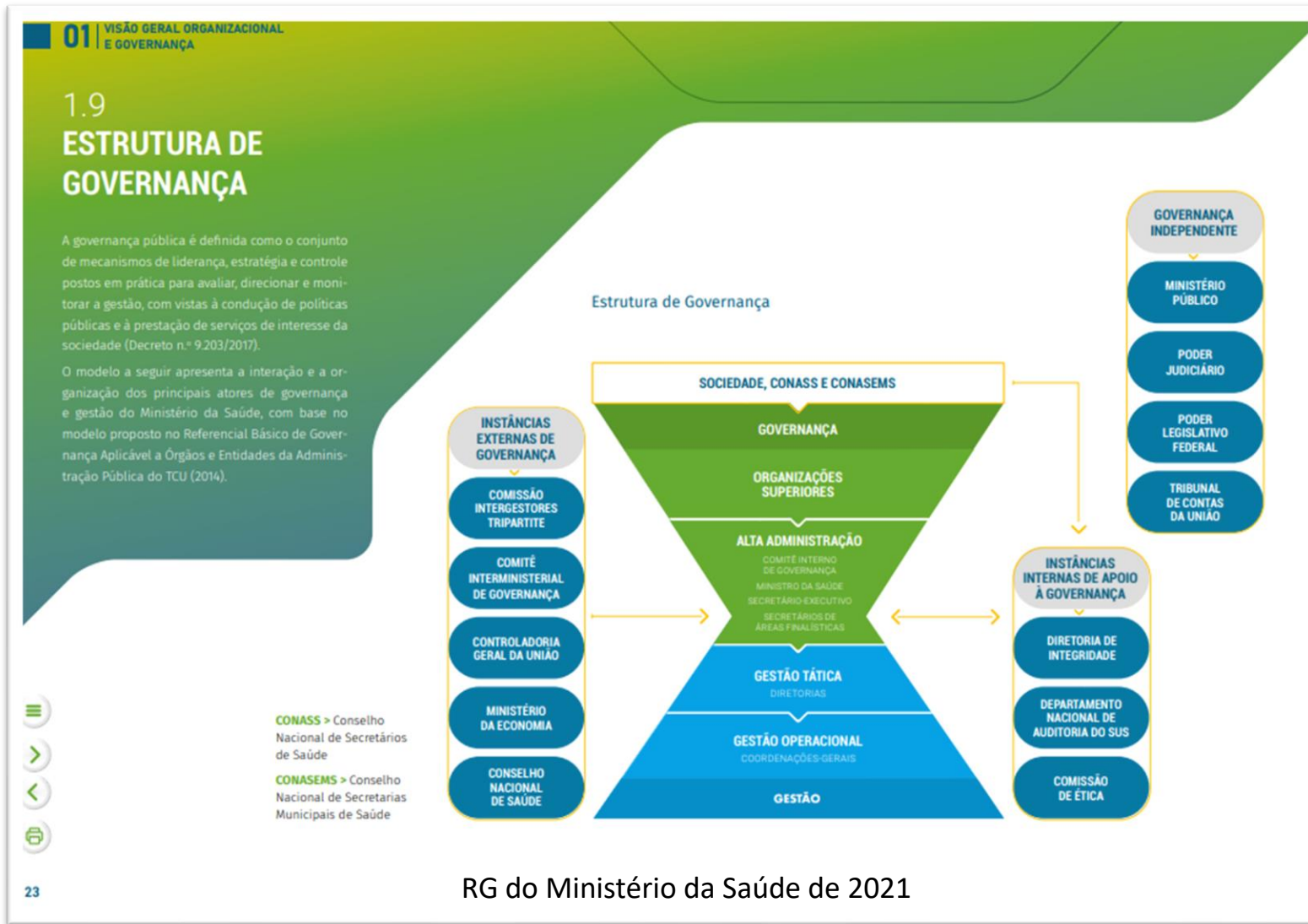
## Estrutura Organizacional e Normas de funcionamento



RG do STF de 2021

# Visão geral organizacional e ambiente externo

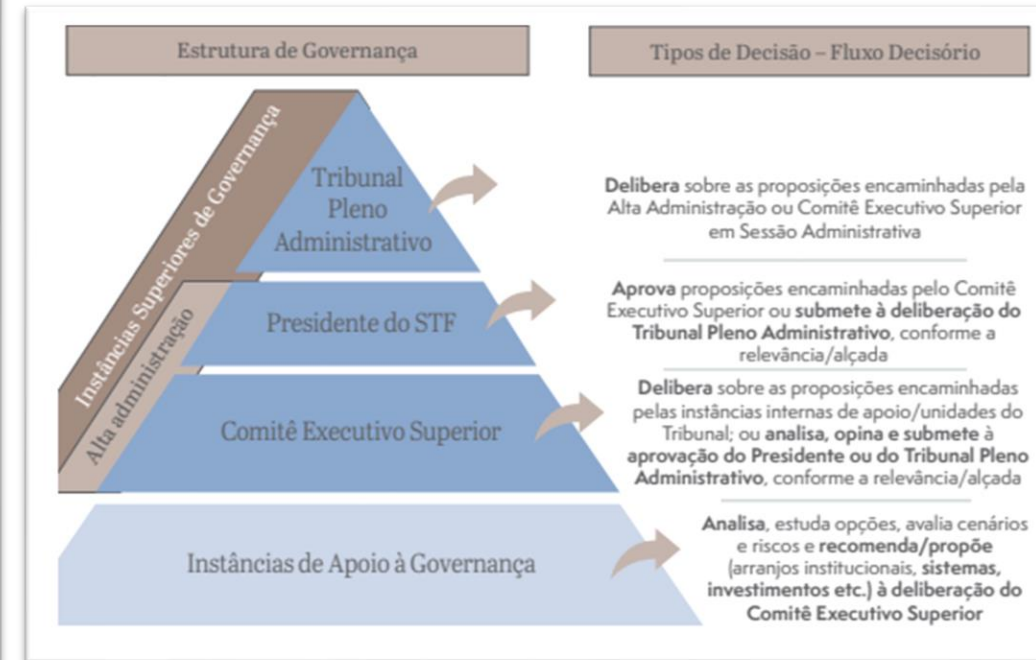
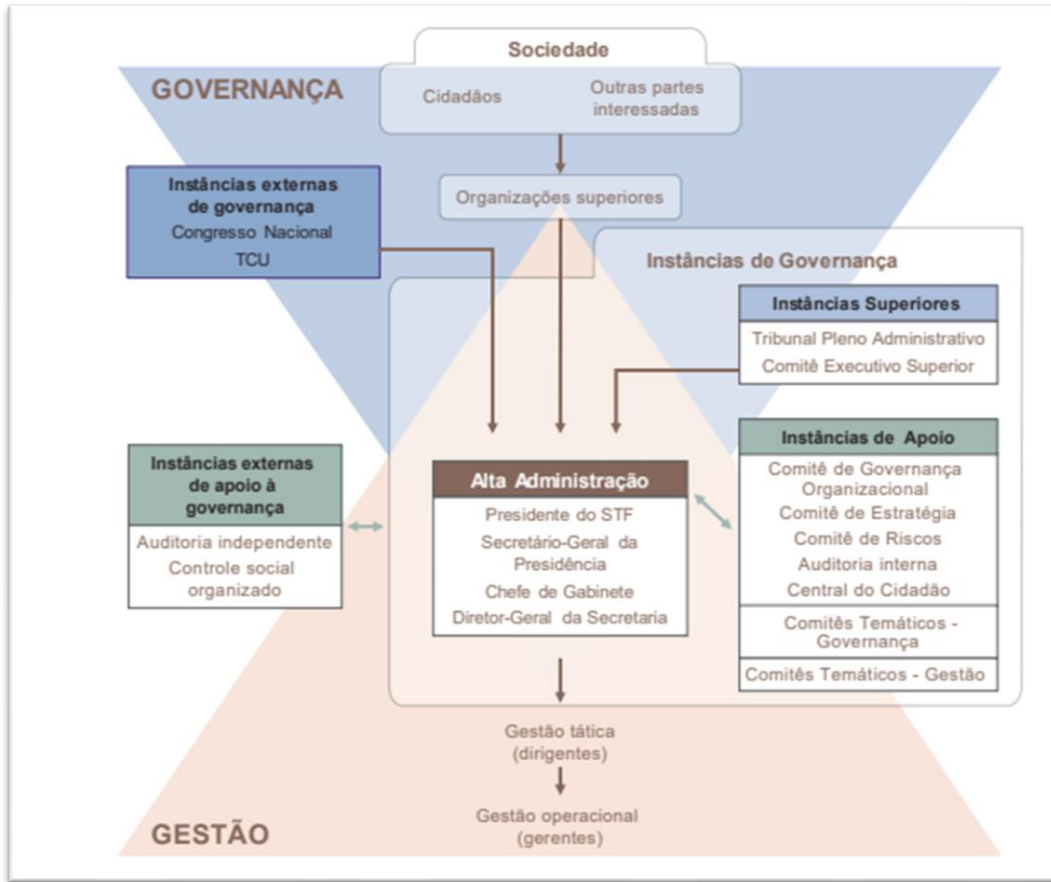
## Estrutura de Governança



# Visão geral organizacional e ambiente externo

## Estrutura de Governança

RG do STF de 2021





# Visão geral organizacional e ambiente externo

## Estrutura de Governança

### Estrutura de governança

A estrutura de governança e autocontrole da gestão do IBGE é composta pelos seguintes órgãos colegiados de direção superior e seccionais:

#### Órgãos colegiados de direção superior

##### CONSELHO DIRETOR

Previsto no art. 5º, com competências, composição e quórum definidos nos artigos 14 a 16 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

Órgão colegiado ao qual cabe estabelecer as políticas reitoras da atuação da Instituição, dando publicidade de seus atos e deliberações.

##### **Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto**

Presidente

##### **Sonia Val Dias**

Chefe de Gabinete

##### **Marise Maria Ferreira**

Diretora-Executiva

##### **Cimar Azeredo Pereira**

Diretor de Pesquisas

##### **Claudio Stenner**

Diretor de Geociências

##### **Carlos Renato Pereira Cotovio**

Diretor de Informática

##### **Carmen Danielle Lins Mendes Macedo**

Coordenadora de Documentação e Disseminação de Informações

##### **Maysa Sacramento de Magalhães**

Coordenadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

##### CONSELHO CURADOR

Previsto no art. 13 da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

Órgão colegiado destinado a exercer, em caráter permanente, a fiscalização, o acompanhamento e o controle de gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Instituição, cabendo-lhe, também, o exercício de atividades consultivas da Presidência do Instituto.

O Conselho Curador se reúne, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação do Presidente ou da maioria de seus membros.

##### **Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto**

Presidente

##### **Bernardo Borba de Andrade**

Representante da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE-ME)

##### **Rafael Perez Marcos**

Representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

##### **Ailton de Aquino Santos**

Representante do Banco Central do Brasil (BACEN)

##### **Edson Wanderlei Fontana**

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

##### **Elis Regina Manhabosco Allegranzi**

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

##### CONSELHO TÉCNICO

Está previsto no art. 13, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

Órgão colegiado destinado a formular propostas e emitir pronunciamento acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades no âmbito da competência do IBGE.

O Conselho Técnico se reúne, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação do Presidente ou da maioria de seus membros.

Em 2022, será iniciado processo de obtenção das indicações por parte dos Ministérios para uma nova formação do Conselho.

# Visão geral organizacional e ambiente externo

## Macroprocessos de negócio e cadeia de valor

### 01 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA

#### 1.3 CADEIA DE VALOR

Ferramenta gráfica que representa os macroprocessos desenvolvidos pelo órgão e pode ser compreendida como o conjunto de ações realizadas em uma sequência definida ponta a ponta, a fim de gerar resultados para as partes interessadas. No caso do Ministério da Saúde, por ser o órgão responsável por operar as políticas de saúde por meio da gestão nacional do SUS, os serviços prestados à sociedade são resultados dos macroprocessos.

A Cadeia de Valor do Ministério da Saúde foi definida com a participação de técnicos e gestores do órgão e é composta por 6 macroprocessos finalísticos, 7 de governança e outros 6 processos de suporte. É possível observar que as principais entregas deste órgão estão atreladas às políticas e aos programas de saúde, ao incentivo de novas tecnologias, ao desenvolvimento do trabalho e à oferta de insumos estratégicos para a saúde.

Quando identificada a necessidade, a Cadeia de Valor do ministério poderá ser revisada e aperfeiçoada, tendo em vista o aprimoramento das relações dos processos de trabalho, a dinâmica de atuação entre as unidades, bem como o atendimento de novas necessidades de ações de saúde.

#### VISÃO

Sistema de Saúde Público efetivo e reconhecido por todos



#### FINALÍSTICOS

Gestão de cenários em saúde

Gestão de políticas públicas em saúde

Articulação interfederativa e interinstitucional

Fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo em saúde

Gestão do trabalho em saúde

Gestão de insumos estratégicos aplicados à saúde

#### GOVERNANÇA

Gestão estratégica

Planejamento e orçamento

Desenvolvimento organizacional

Avaliação e controle

Participação e controle social

Comunicação e relações interinstitucionais

Consultoria e assessoramento jurídicos

#### SUORTE

Gestão de pessoas

Gestão de TIC

Gestão da informação

Gestão da logística pública

Transferência de recursos

Gestão financeira, contábil e de custos

#### VALORES

INOVAÇÃO

COMPROMETIMENTO

EMPATIA

TRANSPARÊNCIA

ÉTICA

EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE

SINERGIA

SUSTENTABILIDADE

#### MISSÃO

Promover a saúde e o bem-estar de todos, por meio da formulação e implementação de políticas públicas de saúde, pautando-se pela universalidade, integralidade e equidade.



# Visão geral organizacional e ambiente externo

## Macroprocessos de negócio e cadeia de valor

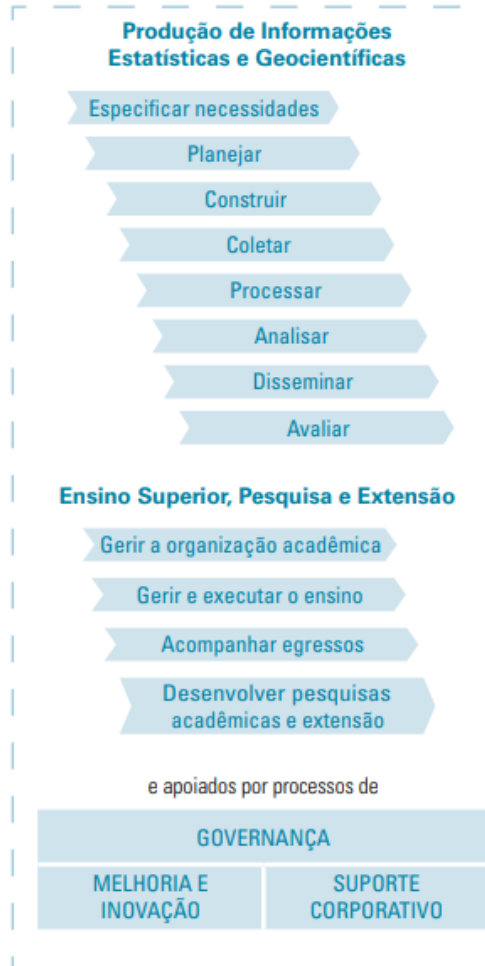
### 1 Visão geral, organizacional e ambiente externo

#### Modelo de negócios

Em 2021 **Capitais e Recursos**



aplicados às **Linhas de Negócio e Macroprocessos**



resultaram em **Produtos**






# Visão geral organizacional e ambiente externo

## Macroprocessos de negócio e cadeia de valor

### 1 Visão geral, organizacional e ambiente externo

### Cadeia de Valor do IBGE

GOVERNANÇA											
1. Formular a estratégia		2. Gerir a estratégia			3. Realizar controle institucional			4. Gerir colaboração e cooperação estratégicas			
Elaborar plano e mapa estratégicos Definir e publicar políticas, diretrizes e planos		Avaliar desempenho institucional Avaliar, monitorar e atualizar a estratégia Gerir projetos estratégicos e institucionais Gerir a arquitetura organizacional Assegurar a aderência a diretrizes e planos governamentais			Gerir integridade institucional Gerir manifestações de ouvidoria Gerir procedimentos de apuração de irregularidades Gerir segurança da informação e comunicações Gerir riscos Prestar contas aos órgãos de controle e à sociedade Gerir auditorias internas			Construir e manter relações estratégicas nacionais Construir e manter relações estratégicas internacionais Transmitir informações oficiais para organizações e autoridades nacionais e internacionais Exercer a governança do sistema estatístico e geocientífico nacional Acompanhar matérias legislativas de interesse institucional			
MELHORIA E INOVAÇÃO	SUPORTE CORPORATIVO										
5. Gerir mudanças institucionais	6. Gerir aspectos legais	7. Gerir métodos	8. Gerir qualidade institucional	9. Gerir conhecimento e informação	10. Gerir relacionamento	11. Gerir orçamento e finanças	12. Gerir pessoas	13. Gerir tecnologia da informação e comunicação	14. Gerir logística e infraestrutura		
Gerir projetos de transformações de processos Gerir mudanças metodológicas Gerir mudanças tecnológicas	Prestar atividades de contencioso Prestar consultoria e assessoramento jurídico	Gerir métodos estatísticos Gerir métodos geocientíficos	Gerir sistema de gestão da qualidade Gerir projetos de melhoria de processos	Registrar a memória institucional Gerir sistema de dados e metadados Gerir documentos, registros e arquivos Gerir o conhecimento	Gerir comunicação externa e imagem institucional Gerir comunicação interna e imagem organizacional Gerir relacionamento com informantes Gerir relacionamento com os usuários Prospectar e atender demandas autofinanciadas	Planejar e programar orçamento e finanças Gerir a execução orçamentária e financeira Gerir contabilidade Gerir custos	Prover pessoas Gerir força de trabalho Desenvolver e capacitar pessoas Administrar registro funcional e folha de pagamento Gerir relações trabalhistas Prover saúde e qualidade de vida	Gerir desenvolvimento de sistemas Manter sistemas em produção Gerir bases de dados Gerir infraestrutura tecnológica Prover suporte técnico, operacional e serviços de TIC	Gerir aquisições Gerir logística de suprimentos e materiais Gerir contratações Gerir patrimônio Gerir serviços de infraestrutura		
PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIÊNCIAS											
Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica											
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="text-align: center;">  </div> <div style="display: flex; gap: 10px;"> <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 2px 10px;">15. Especificar necessidades</div> <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 2px 10px;">16. Planejar</div> <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 2px 10px;">17. Construir</div> <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 2px 10px;">18. Coletar</div> <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 2px 10px;">19. Processar</div> <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 2px 10px;">20. Analisar</div> <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 2px 10px;">21. Disseminar</div> <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 2px 10px;">22. Avaliar</div> </div> </div>											
ENSINO SUPERIOR, PESQUISA E EXTENSÃO											
23. Gerir a organização acadêmica			24. Gerir e executar o ensino			25. Acompanhar egressos		26. Desenvolver pesquisas acadêmicas e extensão			
Elaborar e revisar normas e documentos acadêmicos e institucionais	Planejar projeto acadêmico	Definir projeto institucional de ensino	Selecionar corpo docente	Implementar cursos	Realizar avaliações periódicas	Realizar acompanhamento pedagógico, profissional e acadêmico	Gerir relacionamento com ex-alunos	Desenvolver e orientar pesquisas acadêmicas	Desenvolver atividades de extensão	Promover pesquisas acadêmicas integradas à produção de informações	Difundir o conhecimento científico

### VALOR PÚBLICO GERADO

▶ Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil

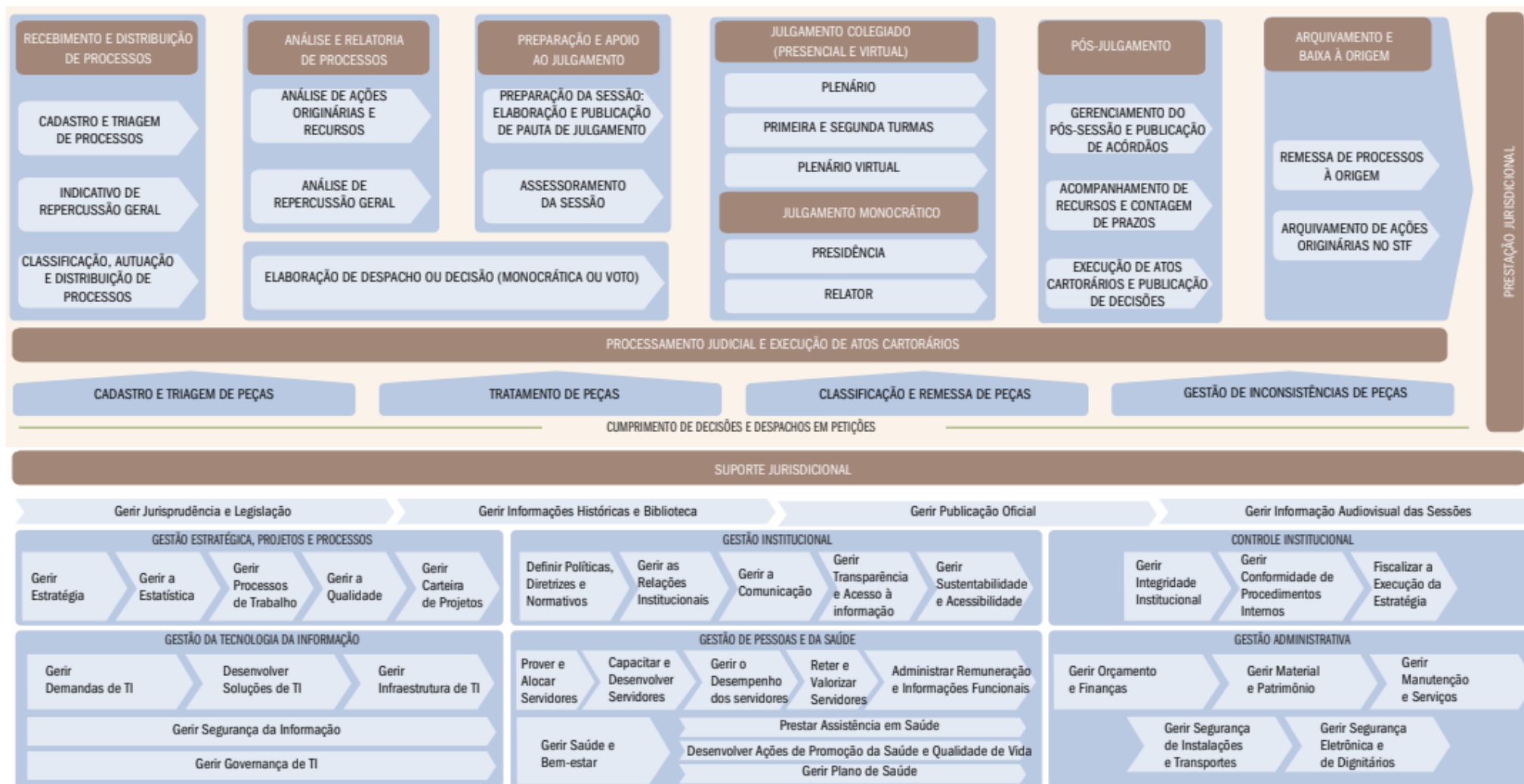
▶ Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais

▶ Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências



# Visão geral organizacional e ambiente externo

## Macroprocessos de negócio e cadeia de valor



# Visão geral organizacional e ambiente externo

## Políticas e programas de governo

### 01 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA

#### 1.5 POLÍTICAS ESTRATÉGICAS

De acordo com a Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde n.º 02/2017, estão listadas a seguir as 49 Políticas Públicas sob responsabilidade deste órgão:

##### Políticas Públicas do Ministério da Saúde

###### POLÍTICAS GERAIS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

- 1 Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)
- 2 Política Nacional de Vigilância em Saúde
- 3 Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados
- 4 Política de Saúde Mental
- 5 Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)
- 6 Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
- 7 Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS)

###### POLÍTICAS DE CONTROLE DE DOENÇAS E ENFRENTAMENTO DE AGRAVOS DE SAÚDE

- 8 Diretrizes para Vigilância, Atenção e Eliminação da Hanseníase como Problema de Saúde Pública
- 9 Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência
- 10 Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio
- 11 Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC)

###### POLÍTICAS VOLTADAS À SAÚDE DE SEGMENTOS POPULACIONAIS

- 12 Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)
- 13 Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde
- 14 Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
- 15 Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM)
- 16 Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem
- 17 Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência
- 18 Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas
- 19 Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
- 20 Política Nacional para a População em Situação de Rua
- 21 Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória
- 22 Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional no Âmbito do SUS (PNAISP)

###### POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE

- 23 Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
- 24 Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA)
- 25 Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- 26 Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani



# Visão geral organizacional e ambiente externo

## Objetivos estratégicos

Objetivos Estratégicos	Metas Estratégicas	Indicadores de Desempenho	Responsáveis	Resultados 2021
OE1. Aumentar o foco no julgamento dos processos de conteúdo essencialmente constitucional	Reduzir em 50% a entrada de processos de competência recursal	Índice de Recebimento de Processos Recursais (IRPR)	Secretaria de Precedentes (SPR) Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	23,2%
OE2. Integrar a Agenda ONU 2030 ao STF	Concretizar pelo menos 70% das entregas para institucionalização da Agenda ONU 2030 no STF	Taxa de ações executadas para integrar a Agenda ONU 2030 ao STF (TE ONU 2030)	Secretaria de Precedentes (SPR) Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	83,3%
OE3. Aprimorar a governança, a transparência e a gestão	Subir do nível intermediário para o avançado no IGG do TCU	Índice integrado de governança e gestão (IGG-TCU)	Assessoria de Governança e Conformidades (AGC)	40,5%
OE4. Serviços 100% on-line	Ter 100% do acervo de processos, exceto sigilosos, tramitando em meio eletrônico.	Taxa de processos eletrônicos (TEP)	Inova STF Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	99,7%
OE4. Serviços 100% on-line	Oferecer 100% dos serviços aos cidadãos e jurisdicionados em meio eletrônico.	Taxa de serviços digitais (TSD)	Central do Cidadão (CIDA) Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	94,0%
OE4. Serviços 100% on-line	Manter os serviços estratégicos disponíveis por pelo menos 99,7% do tempo.	Índice de alcance do nível de serviço de disponibilidade dos serviços estratégicos de TI (IDSE)	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	*
OE4. Serviços 100% on-line	Atingir 50% de automatização do processo judicial em plataforma única.	Índice de automatização do Processo Judicial em Plataforma Unificada (IAPJPU)	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	40,9%

RG do STF de 2021

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PNS (2020-2023)

- 1**  
Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços de atenção primária de forma integrada e planejada
- 2**  
Promover a ampliação da oferta de serviços de atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais
- 3**  
Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle
- 4**  
Fomentar a produção do conhecimento científico, promovendo o acesso da população às tecnologias em saúde de forma equitativa, igualitária, progressiva e sustentável
- 5**  
Promover ações que garantam e ampliem o acesso da população a medicamentos e insumos estratégicos, com qualidade, segurança, eficácia, em tempo oportuno, promovendo seu uso racional
- 6**  
Fortalecer a proteção e recuperação da saúde indígena
- 7**  
Aperfeiçoar a gestão do SUS visando à garantia do acesso a bens e serviços de saúde e equitativos e de qualidade

RG do Ministério da Saúde de 2021

# Governança, riscos e resultados

## Gestão de Riscos

Quais os **desafios e incertezas** que a organização enfrentou e provavelmente enfrentará no seu desempenho?

### GESTÃO DE RISCOS NO PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO

No processo de elaboração do Plano de Negócios e Gestão 2018-2022, a alta administração e demais executivos identificaram os riscos que podem impactar sua implementação. Entre os principais riscos identificados, destacamos:

#### PRINCIPAIS RISCOS



##### MUDANÇAS RELEVANTES NAS CONDIÇÕES DE MERCADO

Como volatilidade de preços de petróleo e gás natural, venda de produtos e margens

#### MITIGAÇÃO

- Monitoramento contínuo da evolução do cenário externo e da atuação nos nossos diversos públicos de interesse;
- Robusto processo de planejamento e de gestão de carteira;
- Aprimoramento da eficiência das operações.



##### ATRASO NA CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMAS

- Habilitação dos fornecedores segundo a nova sistemática, estabelecida pelo Programa de Gestão da Base de Fornecedores, o que garante maior segurança para as contratações;
- Desenvolvimento da base de fornecedores buscando ampliar a competitividade dos seus processos de contratação;
- Fomento, por meio das instituições das quais faz parte, da construção de um ambiente de negócios que favoreça a viabilização de projetos que estimulem a atividade da indústria do petróleo no Brasil e consequentemente de toda a cadeia produtiva.



##### REALIZAÇÃO DE PARCERIAS E DESINVESTIMENTOS

- Análise contínua da carteira de parcerias e desinvestimentos, buscando adequá-la às nossas necessidades e às oportunidades do mercado;
- Identificação abrangente de riscos e elaboração de planos de ação para incrementar as chances de sucesso dos projetos de parcerias e desinvestimentos.



##### PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

- Gestão da carteira de contingências com matriz de riscos e controles internos dos processos e rotinas;
- Práticas de governança para análise e revisão por colegiado para causas relevantes;
- Normativos e padrões internos para os processos de trabalho em todas as etapas do processo;
- Criação de grupos de trabalho para processos relevantes com foco em aprimoramento das teses, acompanhamento diferenciado dos processos e tratamento da causa raiz;
- Análise jurídica prévia a tomada de decisão, o que gera insumos para a definição de procedimentos mais robustos e com menor risco de questionamento em juízo.



##### GRANDES ACIDENTES/ INTEGRIDADE DE ATIVOS

- Contínuos programas de inspeções e manutenções das nossas instalações e de treinamentos da nossa força de trabalho para o correto cumprimento dos requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais.

RG da Petrobrás de 2017

Fonte: RG 2017 Petróleo Brasileiro S.A.



# Governança, riscos e resultados

## Gestão de Riscos

○○○○○

capítulo 5

### Riscos e controles internos

*Gestão de riscos e de processos de trabalho; riscos gerais e específicos identificados; e avaliação dos controles internos.*

## Riscos gerais em projetos identificados:

UMA DAS POSSÍVEIS CAUSAS  
Falta de alinhamento.

RISCO

RUÍDOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE GERENTE, REPRESENTANTE E PATROCINADOR

UMA DAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS  
Atraso nas entregas do projeto.



UMA DAS POSSÍVEIS CAUSAS  
Falta de alinhamento entre o gerente de projeto, patrocinador e representante do negócio quanto aos resultados esperados.

RISCO

AUSÊNCIA DE OBJETIVIDADE NA DEFINIÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS DECORRENTES DO PROJETO

UMA DAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS  
Entrega que não atenda à necessidade institucional.



## Riscos gerais no macroprocesso da contratação:

RG do STF de 2021

UMA DAS POSSÍVEIS CAUSAS  
Falta de acompanhamento do servidor/equipe.

RISCO 1

INÉRCIA OU ATRASO NA ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

UMA DAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS  
Acúmulo de contratações no final do exercício.

FASE 1  
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



UMA DAS POSSÍVEIS CAUSAS  
Urgência no atendimento da demanda.

RISCO 2

AUSÊNCIA DE DISCUSSÃO COM AS ÁREAS ENVOLVIDAS/IMPACTADAS PELA CONTRATAÇÃO

UMA DAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS  
Escolha de solução inadequada.

FASE 1  
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



# Governança, riscos e resultados

## Resultados

Quais os **principais resultados finalísticos** alcançados pela organização?

○○○

capítulo 3

### Resultado da gestão

*Prestação da jurisdição constitucional; indicadores; sessões; julgamentos paradigmáticos do Plenário; competência recursal; e gerenciamento de precedentes.*

Gráfico 8 – Série histórica do acervo geral

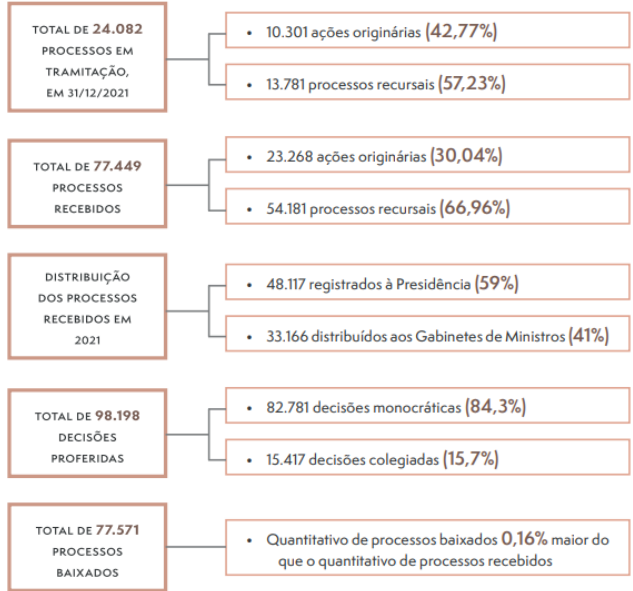
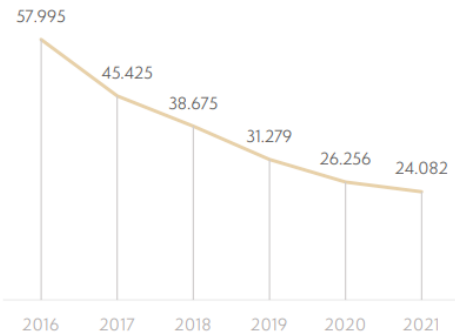
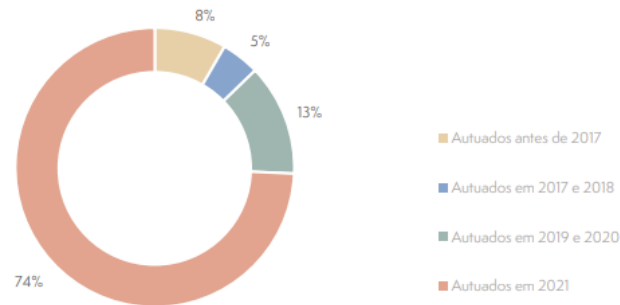


Gráfico 10 – Composição do acervo de 2021, por ano de autuação



## Plenário

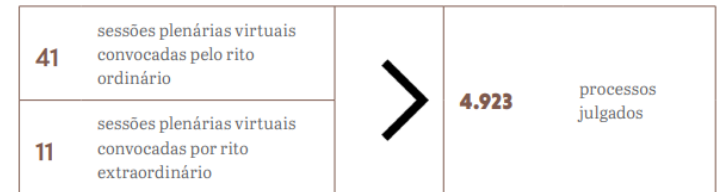
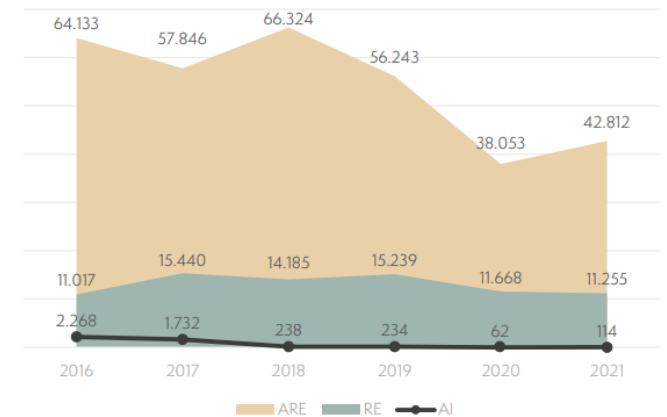


Gráfico 18 – Recursos recebidos por classe – quantitativos



RG do STF de 2021

# Governança, riscos e resultados

## Resultados

○○○

capítulo 3

### Resultado da gestão

*Prestação da jurisdição constitucional; indicadores; sessões; julgamentos paradigmáticos do Plenário; competência recursal; e gerenciamento de precedentes.*

Sessão Solene de Encerramento do Ano Judiciário – 17/12/2021



### Julgamentos paradigmáticos

ADPFs 706 e 713, Rel. Min. Rosa Weber

Julgamento na sessão presencial de 18/11/2021

Inconstitucionalidade das decisões judiciais que, unicamente em razão da pandemia de Covid-19, determinaram a concessão de descontos lineares sobre as mensalidades das universidades privadas.

RE 1.240.999, Tema 1.074, Rel. Min. Alexandre de Moraes; e ADI 4.636, Rel. Min. Gilmar Mendes

Julgamento na sessão virtual encerrada em 3/11/2021; DJe de 12/11/2021

Inconstitucionalidade da exigência de inscrição de defensor público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

RE 1.347.158, Tema 1.178, Rel. Min. Luiz Fux

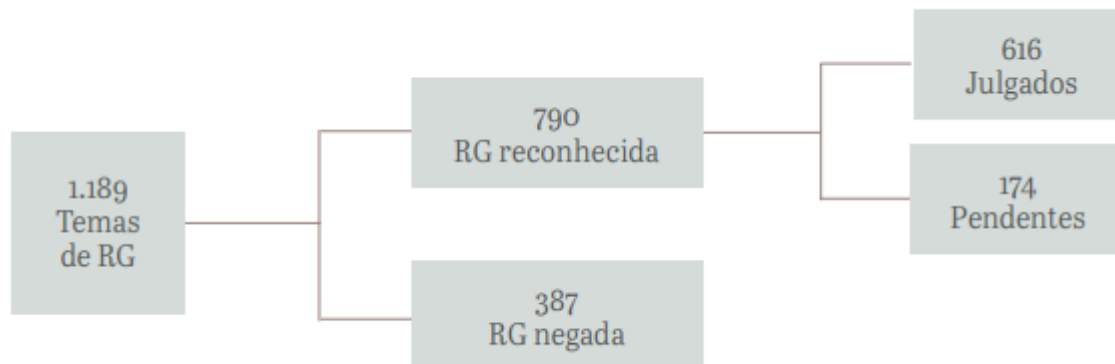
Julgamento na sessão virtual encerrada em 22/10/2021; DJe de 27/10/2021

Reconhecimento de Repercussão Geral e, no mérito, reafirmação de jurisprudência. É constitucional a multa mínima prevista na Lei de Drogas para o crime de tráfico de entorpecentes (art. 33 da Lei 11.343/2006).

ADI 4.924, Rel. Min. Gilmar Mendes

Julgamento na sessão presencial de 4/11/2021

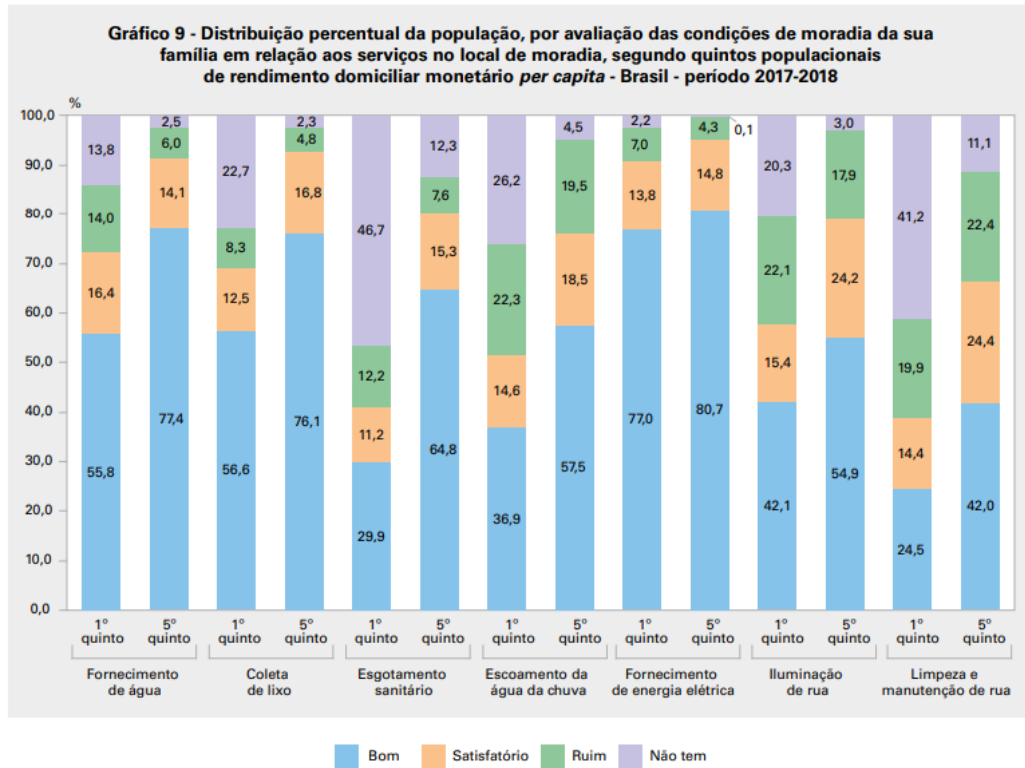
Constitucionalidade da Lei Estadual que obriga as prestadoras de serviços de telecomunicações a informar os dados de usuários que tenham passado trotes ou acionado indevidamente os serviços emergenciais.





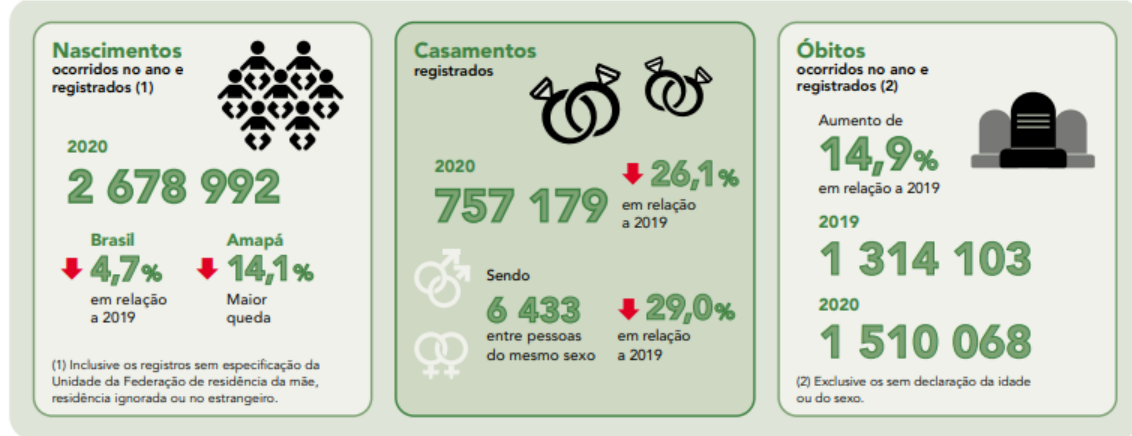
# Governança, riscos e resultados

## Resultados



Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

RG do IBGE de 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2019/2020.



Teste de campo do Censo 2022 em Paquetá teve início dia 6 de setembro. Foto: Cal Guimarães/Agência IBGE Notícias

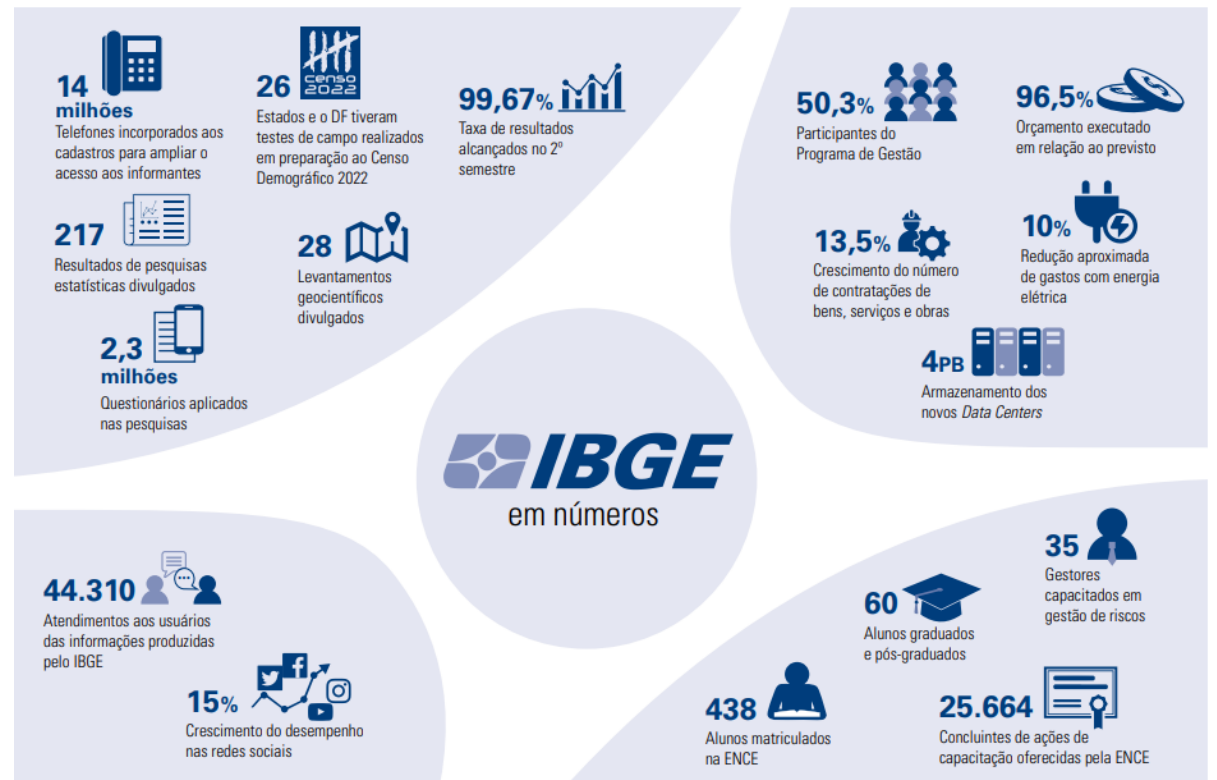


# Governança, riscos e resultados

## Resultados



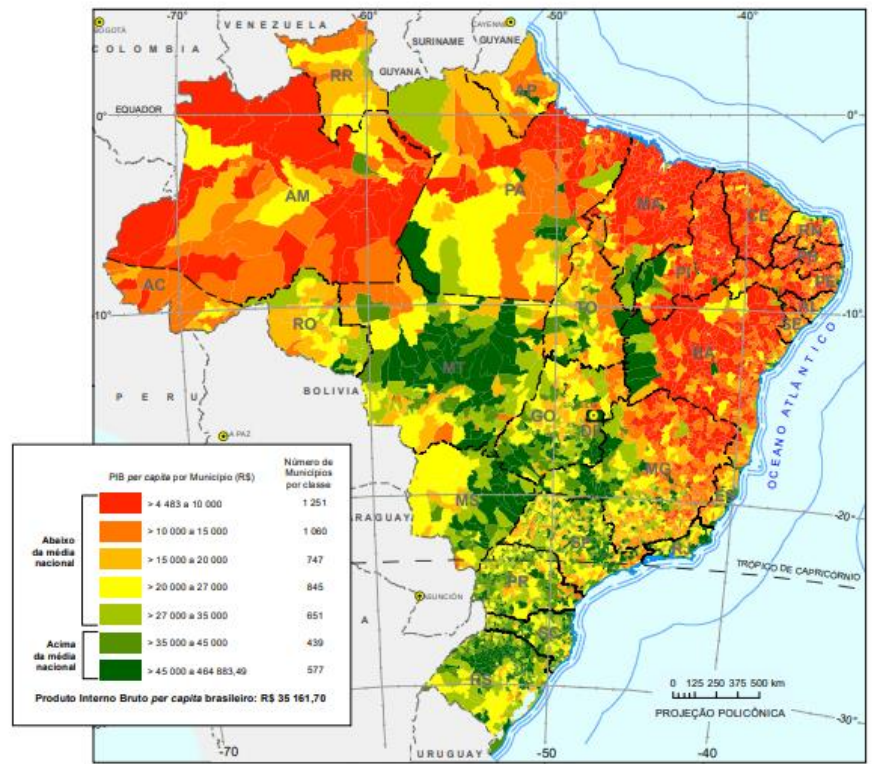
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, *Atlas de Saneamento: Abastecimento de água e esgotamento sanitário*, 3ª edição.



# Governança, riscos e resultados

## Resultados

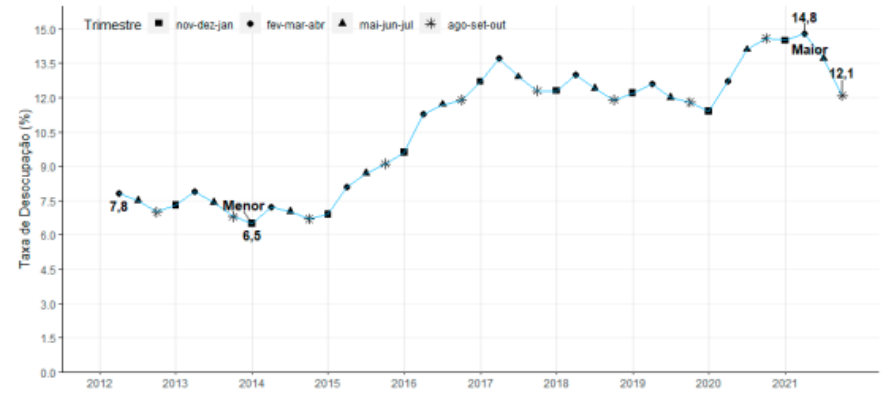
**PIB per capita**  
2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

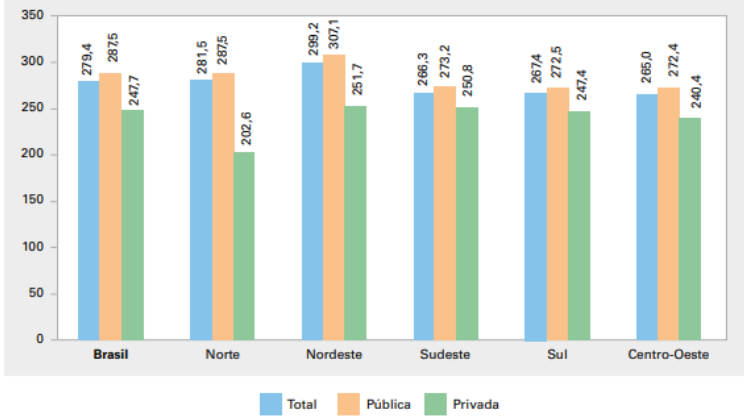
RG do IBGE de 2021

**Gráfico 1 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, de todos os trimestres comparáveis - Brasil - 2012/2021 (em %)**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

**Gráfico 2 - Média de dias de suspensão das atividades presenciais de ensino-aprendizagem no ano letivo 2020, por rede de ensino, segundo as Grandes Regiões - 2020**



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo Escolar 2020, Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19.



# Governança, riscos e resultados

## Resultados

### Exploração e Produção de Petróleo e Gás

Gerir de forma integrada o portfólio de projetos de Exploração e Produção.

Priorizar o desenvolvimento da produção em águas profundas, atuando prioritariamente em parcerias estratégicas, congregando competências técnicas e tecnológicas.

Gerir o portfólio exploratório visando a maximizar a economicidade e a garantir a sustentabilidade da produção de óleo e gás.

Fortalecer a gestão de reservatórios para maximizar o valor dos contratos de exploração e produção em todos os regimes regulatórios, em busca de oportunidades para contínua incorporação de reservas.

Otimizar continuamente a produtividade e os custos de acordo com as melhores práticas internacionais.

Viabilizar a concepção e implantação de projetos com baixo preço de equilíbrio de petróleo com segurança e atendimento aos requisitos ambientais.

Entrada em operação de quatro **novos sistemas de produção**, sendo três deles no pré-sal. Em fevereiro de 2019, um sistema adicional entrou em produção.

Aprovação pela ANP da **extensão** até 2052 dos contratos de **concessão** dos campos de **Marlim Leste, Marlim Sul, Canto do Amaro e Fazenda Alegre**.

Contratados sete **novos blocos** no Brasil no regime de **concessão** e quatro novos blocos sob regime de **partilha** de produção nas **bacias de Campos e Santos**, sendo três no pré-sal.

Parcerias para **aumento do fator de recuperação** em Marlim e Roncador.

**Formação de joint venture** com ativos em produção de petróleo e gás natural no Golfo do México para compartilhamento de riscos e investimentos.

Prestação de **serviços logísticos integrados** para todas as nossas parcerias em águas profundas e ultraprofundas, através da PB-LOG.

\* Estratégias referentes ao Plano de Negócios e Gestão 2018-2022.



#### INDICADORES DE PERFORMANCE



Nota: As informações por segmento operacional consideram a abrangência de cada segmento, conforme definido em nossas Demonstrações Financeiras.  
\*Segundo critério SEC

\*\* Nossas emissões são verificadas anualmente por terceira parte, com previsão de conclusão da verificação dos dados de 2018 até julho de 2019. Após verificação dos dados de 2017 por terceira parte, o resultado passou para 21,60.





# Governança, riscos e resultados

## Resultados



### 02 | RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

#### MINISTÉRIO EM NÚMEROS

A força de trabalho do Ministério da Saúde é composta por mais de 45 mil servidores. Devido à abrangência e à complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS), a pasta dispôs de um dos maiores orçamentos do governo federal, com cerca de R\$ 200,6 bilhões de reais, sendo R\$ 147,1 bilhões no orçamento regular de 2021, além de R\$ 53,5 bilhões de crédito extraordinário devido à pandemia da covid-19.

#### PERFIL DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL



30

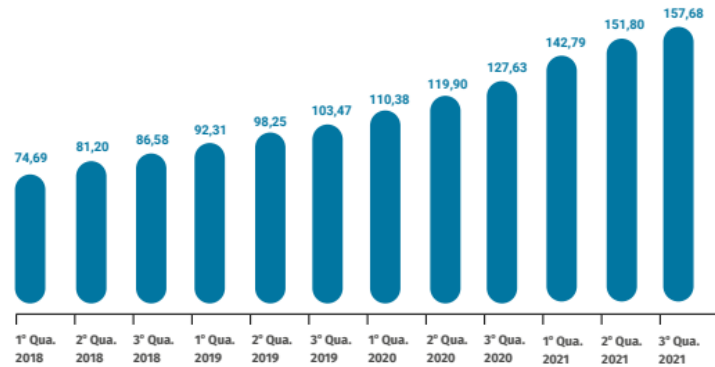
- > **265.393** AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE atuando em **5.530** municípios brasileiros
- > **2668** MILHÕES INVESTIDOS em **575** pesquisas científicas e tecnológicas em saúde
- > **28.137** LEITOS, sendo **23.911** de UTI e **4.226** de UCI
- > **2,2** BILHÕES Procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidades realizados
- > **700** MIL PESSOAS com HIV/AIDS em tratamento antirretroviral (ARV)
- > **30.972** FARMÁCIAS E DROGARIAS CREDENCIADAS no Programa Farmácia Popular, distribuídas em **4.398** municípios, representando **79%** dos municípios brasileiros, localizados nos **26** estados e no Distrito Federal
- > **47.278** EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA
- > **50** SOLUÇÕES DE RADIOTERAPIA do PERSUS concluídas
- > **84%** de crianças indígenas menores de 5 anos com esquema vacinal completo
- > **1.491** EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA 30H
- > **824.000** telediagnósticos realizados pelo Programa Telessaúde Brasil Redes
- > **694.000** profissionais, trabalhadores e gestores de saúde em processos de educação
- > **18.974** TRANSPLANTES
- > **5.422** MUNICÍPIOS atendidos pelo Programa Saúde na Escola, alcançando **23.426.003** estudantes em **97.389** escolas



# Governança, riscos e resultados

## Resultados

QUANTIDADE DE PESSOAS CADASTRADAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA, 2018-2021, EM MILHÕES



Fonte: SISAB, em dezembro/2021.

QUANTIDADE E PERCENTUAL DE OBRAS VIGENTES, POR TIPO E ETAPA DA OBRA

COMPONENTE	PROPOSTAS VIGENTES						TOTAL	
	AÇÃO PREPARATORIA	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDA	PARALISADA	READEQUADA	EM READEQUAÇÃO	N.º	%
UBS – CONSTRUÇÃO	436	500	8.667	11	4	12	9.630	35,09
UBS – REFORMA	784	510	7.855	24	0	0	9.173	33,42
UBS – AMPLIAÇÃO	595	371	7.504	11	0	0	8.481	30,90
PONTO DE APOIO PARA ATENDIMENTO	52	6	0	0	0	0	58	0,21
UBS FLUVIAL – CONSTRUÇÃO	6	19	78	0	0	0	103	0,38
<b>TOTAL</b>	<b>1.873</b>	<b>1.406</b>	<b>24.104</b>	<b>46</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>27.445</b>	<b>100,00</b>

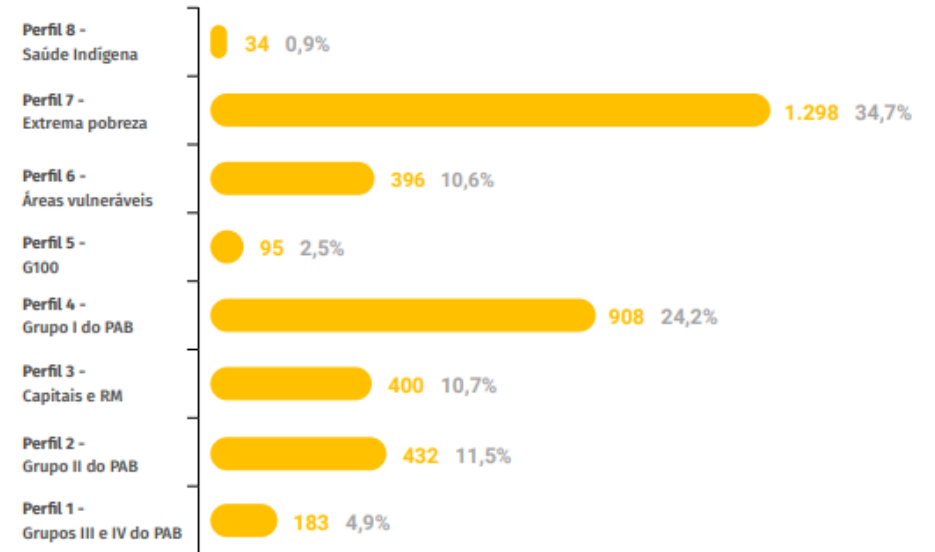
Fonte: Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB), dezembro/2021.

DISTRIBUIÇÃO DAS EQUIPES ADERIDAS AO PROGRAMA INFORMATIZA APS, POR ESTADO



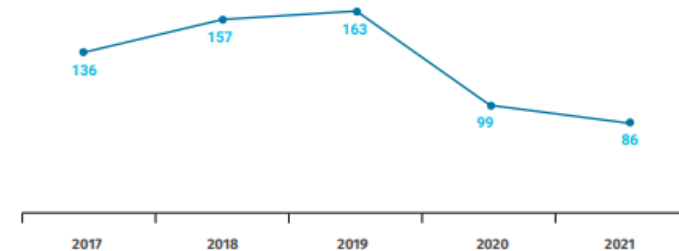
Fonte: Departamento de Saúde da Família (Desf/Saps/MS), dezembro/2021.

DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PMM, POR PERFIL



Fonte: Departamento de Saúde da Família (Desf/Saps/MS), dezembro/2021.

NÚMERO DE UNIDADES ODONTOLÓGICAS MÓVEIS EM FUNCIONAMENTO



Fonte: Departamento de Saúde da Família (Desf/Saps/MS), dezembro/2021.

# Governança, riscos e resultados

## Resultados

Dados preliminares de 2021 do Sisvan revelam que:

 **3.793.672** > **5,8%** Estavam com magreza acentuada ou magreza.  
Crianças menores de 5 anos acompanhadas na Atenção Primária.

> **15,8%** Com excesso de peso.

 **2.639.919** > **5,1%** Estavam com magreza acentuada ou magreza.  
Crianças de 5 a 9 anos acompanhadas.

> **34,5%** Com excesso de peso.

 **3.533.058** > **33,7%** Estavam com excesso de peso.  
Adolescentes acompanhados.

 **12.354.712** > **68,2%** Maiores prevalências de excesso de peso foram observadas.  
Adultos acompanhados.

 **3.228.189** > **52,2%** Foram classificados com sobrepeso.  
Idosos acompanhados.

## 2.2 ATENÇÃO ESPECIALIZADA

**7,6 MILHÕES**

Rastreamento do Câncer de Mama e Câncer do Colo do Útero

> **1.998.097** mamografias realizadas (50 a 69 anos)

> **5.697.589** exames citopatológicos realizados (25 a 64 anos)

**50**

Plano de Expansão da Radioterapia

> **13** soluções de radioterapia  
No ano de 2021, foram concluídas

**478**

Leitos novos de UTI

> **434** adulto

> **12** pediátrico

> **10** coronariano

> **22** neonatal

**11,4 MILHÕES**

Internações realizadas

No ano de 2021, foram mais de > **11 milhões** de Autorizações de Internação Hospitalares (AIH)

**2,2 BILHÕES**

Procedimentos Ambulatoriais Realizados

No ano de 2021, foram mais de > **2,2 bilhões** de procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidades

# Governança, riscos e resultados

## Resultados

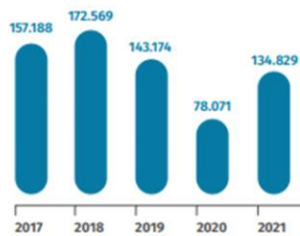
### RESULTADOS DA GESTÃO NOS HOSPITAIS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO



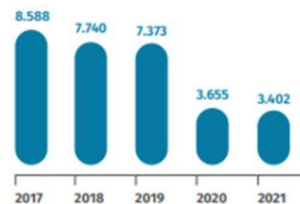
O **Hospital Federal de Bonsucesso (HFB)** está inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) sob o n.º 2269880, com habilitação na Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – SMS-RJ, para realizar atendimento de média e alta complexidades a nível ambulatorial, hospitalar e de emergência nas seguintes especialidades: Transplante Renal, Cirurgia Oncológica, especialmente de Cabeça e Pescoço, Aparelho Digestivo, Urologia; Neurocirurgia, Cirurgia Torácica, Videocirurgias Avançadas, Cirurgia Endócrina, Cirurgia Cardíaca, Cirurgia Vascular, Clínica Médica, Cirurgia Geral, Ortopedia, Pediatria e atendimento Gestação de Alto Risco (nível III), conta com um Serviço de Maternidade aberta ao atendimento da demanda espontânea de alta complexidade obstétrica com suporte de tratamento em UTI e CTI Neonatal, bem como com uma carteira de serviços complementares de Apoio Diagnóstico e Terapêutico distribuídos entre os Serviços de Patologia Clínica, Anatomia Patológica, Serviço de Imagens e Métodos Gráficos.

#### EIXO ASSISTÊNCIA/ATENÇÃO À SAÚDE

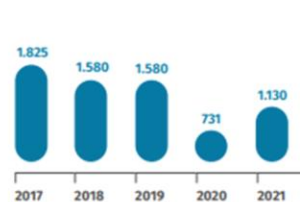
##### NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS



##### NÚMERO DE CIRURGIAS EM CENTROS CIRÚRGICOS



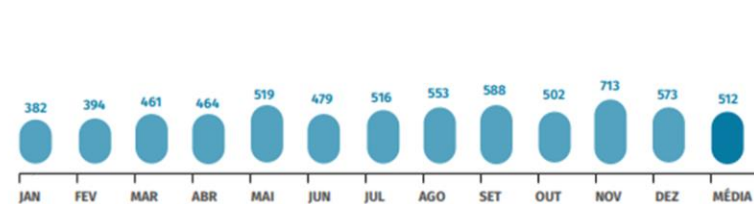
##### NÚMERO DE CIRURGIAS AMBULATORIAIS



##### CONSULTAS AMBULATORIAIS/ATENDIMENTOS - 2021



##### NÚMERO DE INTERNAÇÕES - 2021



##### EXAMES LABORATORIAIS - 2021



Fonte: DIAPLA/HFB/2021



# Governança, riscos e resultados

## Gestão de Pessoas

- Qual a composição da força de trabalho por situação funcional e cargo?
- Qual a Distribuição por unidade administrativa/secretaria?
- Qual a evolução anual da força de trabalho?



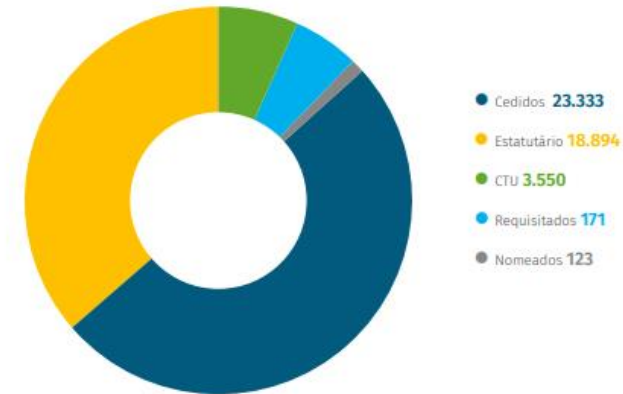
### 03 | CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

#### 3.2.2 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho é composta por 46.071 servidores, divididos da seguinte forma: 18.894 ativos estatutários que atuam na Sede, Superintendências, Hospitais, Institutos e Distritos Sanitários Especiais Indígenas, 23.333 cedidos aos estados e municípios para atuação no âmbito do SUS, 123 nomeados em cargo em comissão, 3.550 contratos temporários da União e 171 requisitados de outros órgãos.

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape)

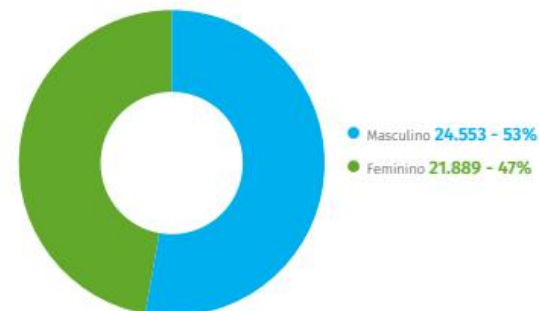
#### COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO



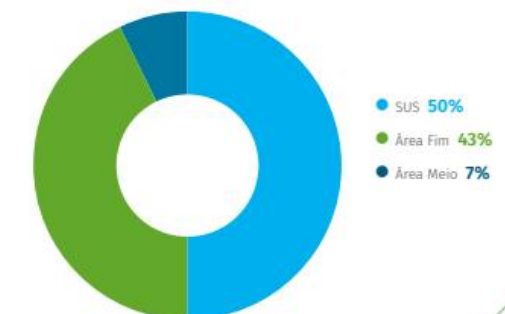
#### a) Distribuição por área e gênero

O quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em razão do seu papel intitucional, é bastante diversificado e possui uma divisão equalizada.

#### DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR SEXO



#### DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR ÁREA



RG do Ministério da Saúde de 2021



# Governança, riscos e resultados

## Gestão de Pessoas

- Qual a composição da força de trabalho por situação funcional e cargo?
- Qual a Distribuição por unidade administrativa/secretaria?
- Qual a evolução anual da força de trabalho?

### Conformidade legal

#### Legislação Aplicada

Para assegurar a conformidade com a lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Ministério da Fazenda observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Nesse contexto, o Ministério da Fazenda verifica, diariamente, as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do MPPDG, Órgão Central do SIPEC, e orienta as unidades fazendárias quanto aos regulamentos aplicáveis.



#### Apontamentos dos Órgãos de Controle

Aliado a isso, por meio de informações extraídas do SIAPE, são realizadas auditorias preventivas periodicamente, de forma a corrigir eventuais inconsistências. Por fim, acompanhamos as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CGU) e cuidamos para que sejam dados os devidos atendimentos pelas unidades fazendárias envolvidas.



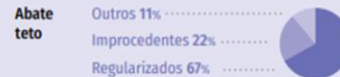
Dentre os apontamentos mais relevantes realizados pelo TCU em 2017, podemos citar o Acórdão 2780/16, que apurou 1.625 indícios de possíveis irregularidades nas pensões de "Filha Maior Solteira" prevista na Lei 3.373/1958. No cumprimento do citado acórdão foram excluídos 836 benefícios no âmbito do Ministério da Fazenda.



Devemos citar também outra importante diligência do TCU, que tratou das possíveis irregularidades referentes às acumulações indevidas de cargos públicos. Foram analisados 300 casos, conforme abaixo.



Por fim, destaca-se o acórdão 2190/2017 onde analisamos alguns casos de extrapolação do teto constitucional.



#### Indicadores de Conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados.

- 1 Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda
- 2 Controle e Acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões - SISAC
- 3 Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle
- 4 Acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário
- 5 Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios.

Em 2017, todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10/11/1993. Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no SISAC, conforme instrução Normativa TCU nº 55/2007. Foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, aposentados e beneficiários de pensão civil, nos termos da

Orientação Normativa SGP/MP nº 5, de 21/2/2013. Tais reposições irão gerar retorno aos cofres da União de aproximadamente R\$ 3.285.298,00.

450 Processos Administrativos  
14 Unidades  
Descontos lançados em folha ⇒ **3,28 mi**



O quadro de pessoal do Ministério da Fazenda, em razão de seu papel institucional, é bastante diversificado, o que acarreta elevado grau de complexidade dos perfis profissionais necessários à composição da força de trabalho. Nosso quadro é composto basicamente por 05 (cinco) Carreiras e 02 (dois) Planos Especiais de Cargos.



Dentre as diversas carreiras integrantes do MF, destacam-se as Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, a Carreira de Finanças e Controle e a Carreira de Procuradores da Fazenda Nacional.

Temos ainda os integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, que prestam o apoio administrativo necessário ao desempenho das funções do Órgão. Também foi incorporada pela Lei 11.457/2007, no âmbito da Receita Federal, os servidores da carreira

Na área de Gestão de Pessoas, atendemos diversas solicitações realizadas na Ouvidoria e no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, nos termos da Lei nº 12.527, de 18/11/2011.

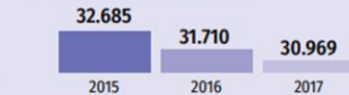
155 SIC + 105 Ouvidorias = **260** solicitações atendidas

Fonte: SISouvidor e COGEP/SPOA

### Avaliação da força de trabalho

do Seguro Social. Com a incorporação do extinto Ministério da Previdência Social, em 2017, passamos a contar com os servidores da Carreira Previdência, Saúde e Trabalho. Por fim, nosso quadro é composto ainda por empregados anistiados, cedidos, ocupantes de cargos comissionados s/ vínculo e contratos temporários. O quadro de servidores vem sendo reduzido a cada ano, principalmente pelo alto índice de evasão e pela escassez de novos concursos públicos (vide item 06).

#### Evolução do quadro de pessoal



**Composição da Força de Trabalho**  
Distribuição por situação funcional

Estatutário	Requisitado	Cedidos	Anistiado	Sem vínculo	Outros
92,59%	3,64%	2,17%	0,78%	0,59%	0,23%
28.674	1.127	672	241	184	71

#### Distribuição da Força de Trabalho



# Governança, riscos e resultados

## Gestão de Pessoas

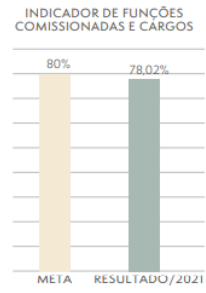
- Qual a composição da força de trabalho por situação funcional e cargo?
- Qual a Distribuição por unidade administrativa/secretaria?
- Qual a evolução anual da força de trabalho?

### capítulo 4

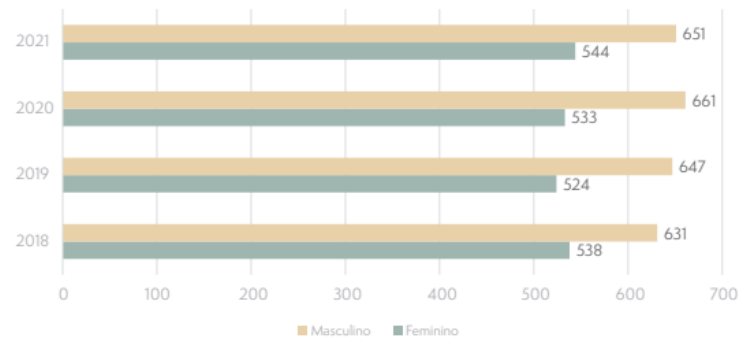
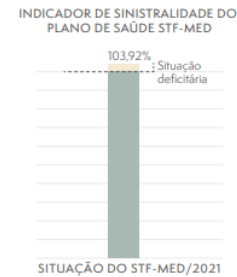
## Desempenho da gestão

Gestão de pessoas; assistência e serviços integrados de saúde; gestão de tecnologia da informação, gestão do orçamento e finanças, gestão de licitações e das contratações; gestão predial; e gestão de processos e organização administrativa.

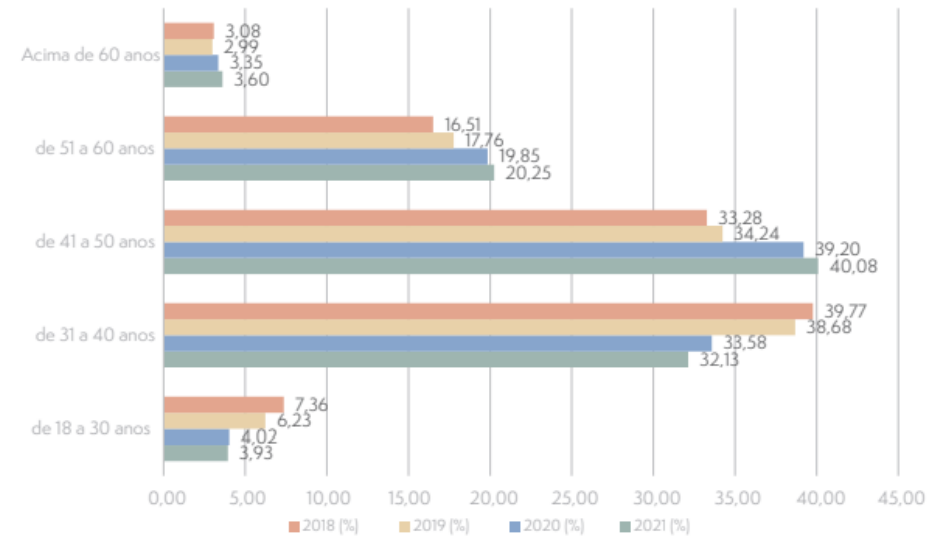
a) Indicador de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão Ocupados por Servidores Efetivos do Quadro de Pessoal do STF – IFCP: mensura o percentual de funções comissionadas e cargos em comissão ocupados por servidores efetivos do Quadro de Pessoal do STF, com o propósito de valorizar os servidores e garantir a retenção do conhecimento/experiência. O Planejamento Estratégico de 2015-2020 definiu a meta de manter o IFCP acima de 80%. Em 2021 o resultado alcançado foi de 78,02%.



b) Indicador de Sinistralidade do Plano de Saúde STF-Med: mensura a relação percentual entre as despesas e as receitas. É um dos principais instrumentos utilizados para a gestão orçamentária e financeira dos recursos do Plano. Objetiva verificar a saúde financeira do Plano, identificando se está deficitária ou superavitário. No ano de 2021 a sinistralidade do STF-Med foi de 103,92%, revelando, no momento (ao término de 2021), uma situação deficitária (despesas maiores que as receitas).



Força de trabalho	2018	2019	2020	2021
Ministros	11	11	11	11
Juizes Auxiliares e Juizes Instrutores convocados	28	27	29	31
Servidores efetivos do STF*	1.010	1.000	1.010	1.002
Servidores de outros órgãos cedidos ao STF	81	90	98	104
Servidor de outro órgão em exercício provisório no STF	1	1	1	1
Servidores sem vínculo com a Administração	38	42	45	46
<b>Total</b>	<b>1.169</b>	<b>1.171</b>	<b>1.194</b>	<b>1.195</b>



# Governança, riscos e resultados

## Gestão de Pessoas

capítulo 4

### Desempenho da gestão

*Gestão de pessoas; assistência e serviços integrados de saúde; gestão de tecnologia da informação, gestão do orçamento e finanças, gestão de licitações e das contratações; gestão predial; e gestão de processos e organização administrativa.*

NO ANO DE 2021

<p><b>489</b> servidores obtiveram progressão/promoção na carreira.</p>	<p><b>7</b> servidores tiveram o resultado do Estágio Probatório homologado;</p>
<p><b>2</b> servidores não cumpriram requisito para promoção, permanecendo, portanto, mais um ano na classe/padrão em que se encontra.</p>	<p><b>27</b> alcançaram a estabilidade no serviço público.</p>

### PRINCIPAIS NÚMEROS GLOBAIS

- 

**Assistência à Saúde**  
Atendimentos: **9.219**  
Pronto atendimento: 1.062  
Atendimentos remotos: 5.560  
Atendimento presencial: 2.597
- 

**Perícias e Juntas Oficial em Saúde**  
658 licenças apresentadas, sendo 57% (376) avaliadas administrativamente


- 

**Teste rápido para COVID-19**  
1.404 testes

RG do STF de 2021



## Plano de Capacitação

Foram realizadas **67** ações de capacitação e desenvolvimento, que contaram com **1.765** participantes aprovados, com a seguinte distribuição por linha de atuação.

Técnica	Transversal	Liderança	Institucional
43 eventos	19 eventos	5 eventos	0 eventos
544 participantes	1.059 participantes	162 participantes	0 participantes



# Governança, riscos e resultados

## Gestão de Pessoas

Painel estatístico de  
pessoal do Governo  
Federal

VISÃO GERAL

NÚMEROS EM DESTAQUE DO PODER EXECUTIVO FEDERAL - OUT 2022

PRIMEIRA VEZ POR AQUI?



**DESPESAS DE PESSOAL** ?

*Pessoal Civil Ativo do Poder Executivo*

**R\$ 7.245.865.280,33**

27,56% (Do total de despesas)



**SERVIDORES** ?

*Pessoal Civil Ativo do Poder Executivo*

**568.471**

87,73% (Servidores no Regime Jurídico Único)



**REMUNERAÇÃO** ?

*Menor e maior vencimentos da tabela de remuneração*

**R\$ 1.326,72 <====> R\$ 30.936,91**

2110,79% (Amplitude)



**CARGOS E FUNÇÕES** ?

*Comissionados (DAS, FCPE, CCX e FEX)*

**32.653**

5,74% (Do total de servidores ativos)



**PESSOA COM DEFICIÊNCIA** ?

*Pessoal Civil Ativo do Poder Executivo*

**6.491**

1,14% (Do total de servidores ativos)



**ABONO DE PERMANÊNCIA** ?

*Pessoal Civil Ativo do Poder Executivo*

**67.943**

11,95% (Do total de servidores ativos)



**CONCURSOS** ?

*Ingresso por Concurso*

**489.066**

34,82% (Do total de ingressos em Out 2022)



**SAÍDAS** ?

*Aposentadorias (Integral e Proporcional)*

**740**

Outros Desligamentos no período: 116



**AFASTAMENTOS** ?

*Pessoal Civil Ativo do Poder Executivo*

**37.842**

Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>



# Governança, riscos e resultados

## Comunicação com a sociedade



Gestão de Protocolo - SERP	
Atendimento <i>on-line</i> do Protocolo Central (n.º de processos gerados ou inseridos em processos existentes)	10.161
Atendimento <i>on-line</i> do Protocolo Central (n.º de e-mail respondidos)	1.461
Atendimento presencial do Protocolo (n.º de processos gerados ou inseridos em processos existentes)	82
Atendimento presencial do Protocolo (n.º de pessoas atendidas)	70
Registro de documentos do correio da Secretaria Executiva	353
Atendimentos telefônicos	794
Pesquisa de satisfação do atendimento <i>on-line</i>	217

Fonte: CGDI



### CLASSIFICAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES

Classificação	Total	%
Reclamação	57.238	42,5
Solicitação	44.644	33,1
Denúncia	16.440	12,2
Informação	11.854	8,8
Elogio	2.248	1,7
Sugestão	2.209	1,5
<b>Total</b>	<b>134.633</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ouvidoria-Geral do SUS (OUVSUS/Dinteg/MS).

### MANIFESTAÇÕES POR CANAL DE ATENDIMENTO

Canal de Atendimento	Total	%
Disque Saúde 136	87.128	64,72
Internet	46.486	34,53
Correios	986	0,73
Pessoalmente	33	0,02
<b>Total</b>	<b>134.633</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ouvidoria-Geral do SUS (OUVSUS/Dinteg/MS).

# Governança, riscos e resultados

## Comunicação com a sociedade

### Quantitativo de atendimentos

 E-MAIL  
**14.610**  
atendimentos entre janeiro e novembro  
média mensal: **1.328**

 BIBLIOTECA  
**55**  
atendimentos em média  
**604**  
e-mails respondidos

 TELEFONE  
**25.950**  
atendimentos entre janeiro e novembro  
média mensal: **2.539**

 LOJA VIRTUAL  
**1.592**  
unidades vendidas

 FALA.BR  
**708**  
atendimentos  
média mensal: **106**

 OUTRAS ÁREAS  
**846**  
atendimentos  
média mensal: **77**



Por meio do Portal do IBGE, na Internet, seu principal canal de comunicação, são disponibilizados os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas, arquivos para *download* e banco de dados. Através dele também é possível acessar os sites e *hotsites* dos diversos produtos, projetos e serviços do IBGE.



É realizado atendimento presencial, por meio das unidades de disseminação de informações nas capitais e biblioteca. No entanto, o serviço permaneceu suspenso em 2021 devido à pandemia de COVID-19.



O IBGE oferece, também, atendimento via e-mail, respondendo aos usuários em um prazo padrão de cinco dias. Atualmente, é uma das principais vias de atendimento do Instituto. Além do e-mail [ibge@ibge.gov.br](mailto:ibge@ibge.gov.br), outros setores também fornecem essa modalidade de atendimento, tais como a Biblioteca, Memória IBGE e as Supervisões de Disseminação de Informações das Unidades Estaduais. Atualmente, esse atendimento também é feito por meio de um formulário disponível na área de atendimento do portal na seção Canais de atendimento.



Informações rápidas são fornecidas por meio de *call center*.



A relação com o informante é entendida como uma questão de natureza estratégica para o IBGE, por isso o respeito ao informante é considerado um dos valores nos quais a Instituição se apoia. Isso porque a eventual resistência à prestação de informações incide de maneira crítica sobre os processos de trabalho da rede de coleta, tendo impactos diretos sobre os resultados. O canal *Respondendo ao IBGE* é destinado aos informantes, para tirar dúvidas, verificar a identidade do entrevistador e conhecer mais sobre nossas pesquisas.



Todo o acervo institucional pode ser pesquisado no canal biblioteca, bem como realizar *download* de grande parte já digitalizada. Dentre os tipos de materiais disponíveis no acervo da biblioteca, destacam-se os seguintes: livros, periódicos, fotografias, teses e dissertações e mapas.



Os produtos do IBGE são comercializados na sua Loja Virtual e, ainda, nas principais livrarias do país. A loja aceita diversos tipos de pagamento e também possibilita o *download* das publicações.

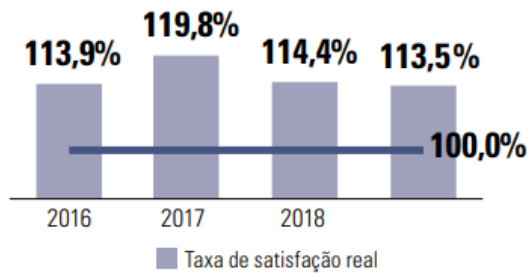


Programa de rádio semanal, disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o país.

# Governança, riscos e resultados

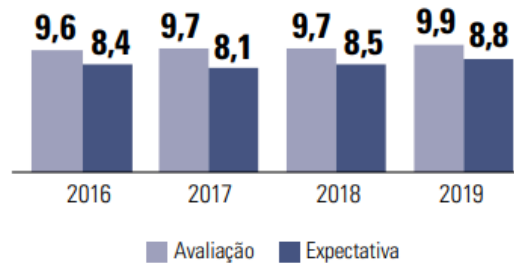
## Comunicação com a sociedade

### Taxa de satisfação dos usuários



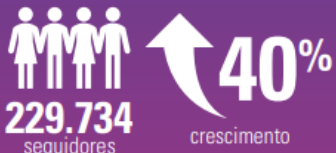
Fonte: IBGE - Pesquisa de Satisfação dos Usuários.  
Nota: Pesquisa de satisfação não realizada em 2020 e 2021.

### Nota dos usuários sobre a expectativa do serviço e a avaliação do serviço prestado

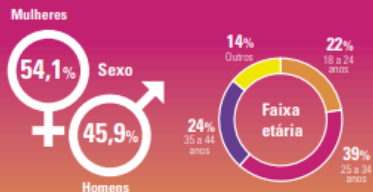


Fonte: IBGE - Pesquisa de Satisfação dos Usuários.  
Nota: Pesquisa de satisfação não realizada em 2020 e 2021.

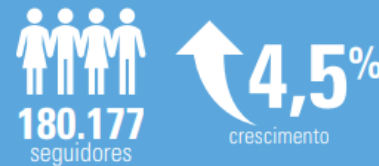
## Instagram



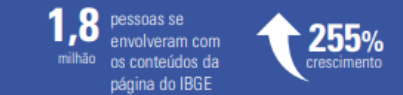
### Cidades com mais seguidores



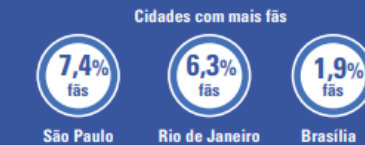
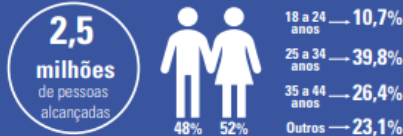
## twitter



## facebook



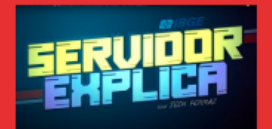
### Das pessoas que curtiram a página do IBGE



## YouTube



### Vídeo de 2021 mais visto no ano:

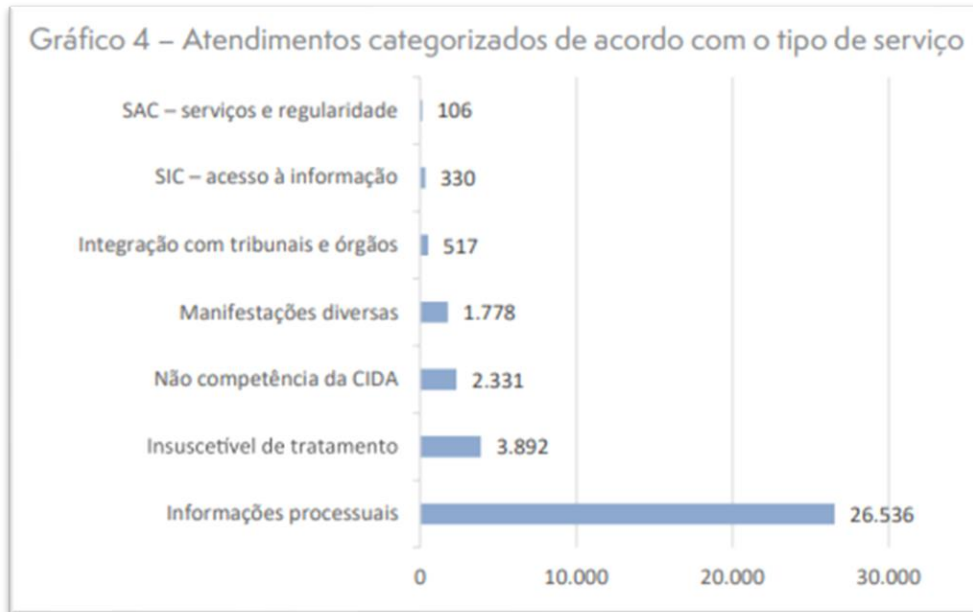


"Como concorrer a uma vaga para trabalhar no Censo 2021 do IBGE? - Servidor Explica"

45.097 visualizações

# Governança, riscos e resultados

## Comunicação com a sociedade



Plataforma	Alcance	Crescimento em 2021
<i>TikTok</i>	1.213.802 visualizações	Lançado em 13/7/2021. Em 31/12/2021, o perfil contava com 32.123 seguidores.
<i>Twitter</i>	2.366.836 seguidores 26,13 milhões de visualizações de tweets	A conta oficial do STF ganhou 149.891 novos seguidores. ↑ Crescimento de 6,33%.
<i>Facebook</i>	19.424 inscritos 6,85 milhões de visualizações e 301 mil reações	A página oficial do STF recebeu 17.658 novas inscrições. ↑ Crescimento de 90,91%.
<i>Instagram</i>	154.530 seguidores 73.597.478 usuários atingidos 3.886.072 curtidas e comentários	O perfil oficial do STF ganhou 140.938 seguidores. ↑ Crescimento de 91,20%.
<i>YouTube</i>	4.382.567 visualizações 416.250 inscritos	O canal oficial do STF ganhou 57.279 novas inscrições. ↑ Crescimento de 13,76%.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social. Dados extraídos em 31/12/2021.



# Governança, riscos e resultados

## Gestão das licitações e contratos

capítulo 4

### Desempenho da gestão

*Gestão de pessoas; assistência e serviços integrados de saúde; gestão de tecnologia da informação, gestão do orçamento e finanças, gestão de licitações e das contratações; gestão predial; e gestão de processos e organização administrativa.*

#### CONTRATAÇÕES

CGEC  
Coordenadoria de Planejamento e Gestão das Contratações

<b>45</b> novas contratações por licitação	Responsável pela gestão de <b>168</b> contratos	<b>85</b> prorrogações
---	---	---------------------------

#### LICITAÇÕES

CPL  
Comissão Permanente de Licitações

**49**  
pregões eletrônicos

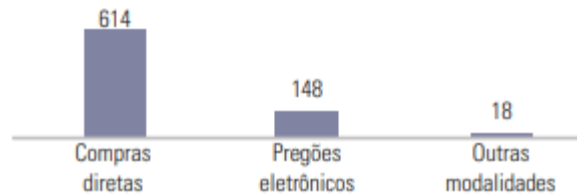
# Governança, riscos e resultados

## Gestão das licitações e contratos

**780** contratações em 28 unidades contratantes (UASGs) do IBGE, em 2021.

Houve um aumento de 13,54% nas contratações, em relação ao mesmo período no ano de 2020, reflexo do retorno de algumas atividades presenciais na instituição e das contratações relacionadas ao Censo 2022.

### Modalidades de contratação

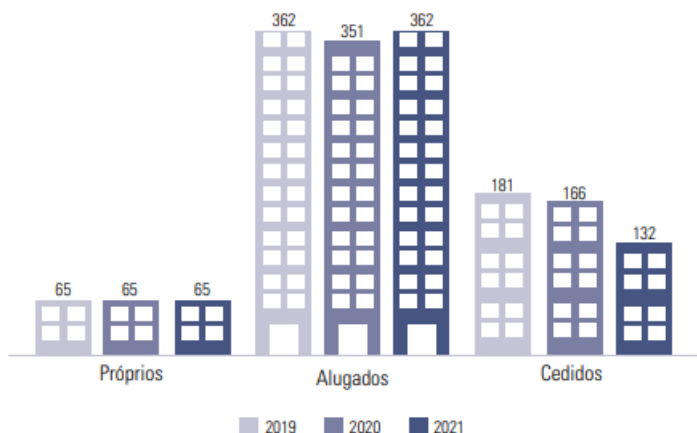


Fonte: Sistema interno do IBGE - Sistema de aquisições e entregas (SA-e).

# Governança, riscos e resultados

## Gestão patrimonial e de serviços gerais

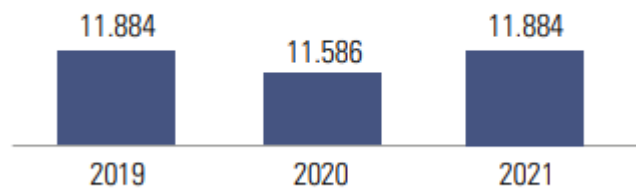
Evolução de imóveis próprios, alugados e cedidos de 2019 a 2021



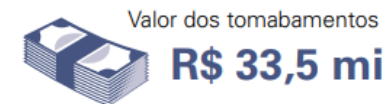
Alienações e desfazimentos de bens no IBGE – Consolidado		
Tipo	Quantidade (und)	Valor (R\$)
Venda	7.616	3.182.797,59
Doação	889	646.452,77
Perda Total	59	60.468,43
Vazadouro Público	214	19.480,29
<b>Total Geral</b>	<b>8.778</b>	<b>3.909.199,08</b>

Fonte: SDA/Bens Móveis (2021)

Gastos com locação de imóveis - Sede (em milhares de R\$)



Fonte: SIAFI (2021)

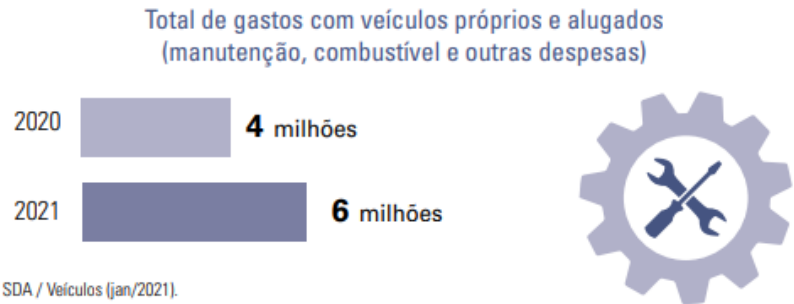


# Governança, riscos e resultados

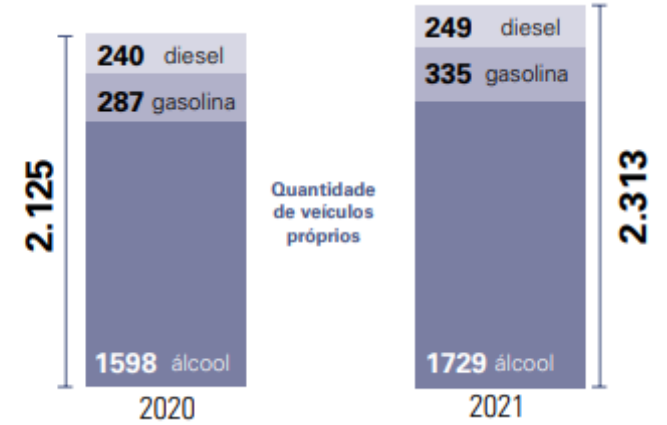
## Gestão patrimonial e de serviços gerais



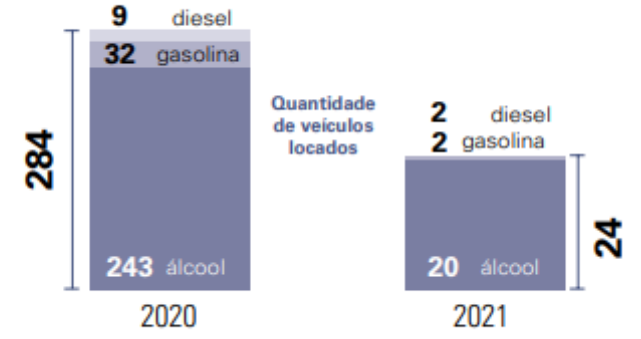
Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).



Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).



Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).

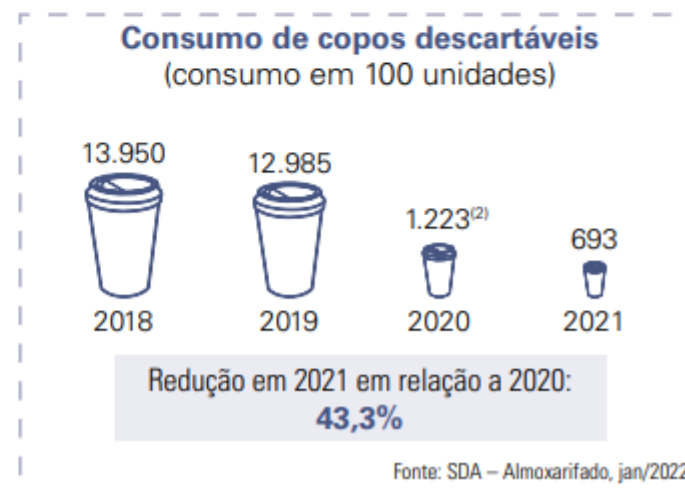
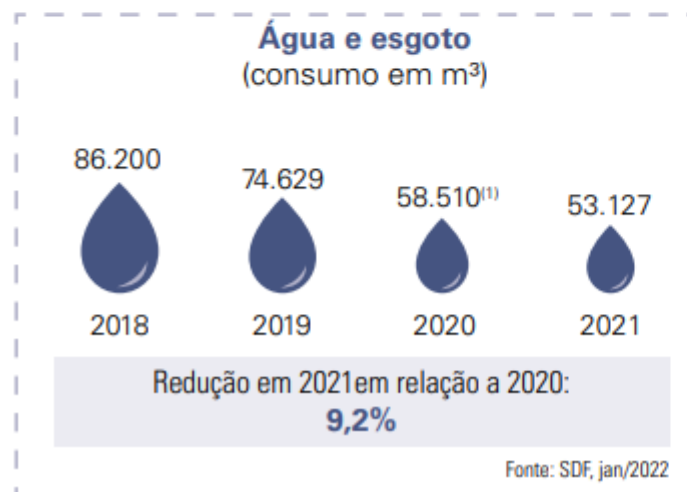
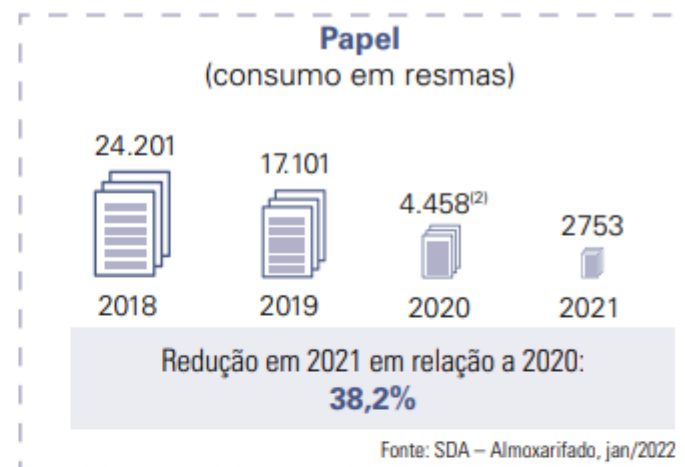
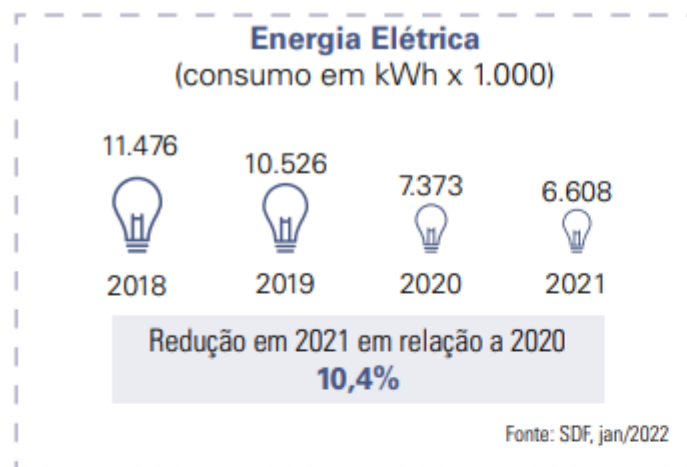


Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).



# Governança, riscos e resultados

## Gestão patrimonial e de serviços gerais



# Governança, riscos e resultados

## Gestão patrimonial e de serviços gerais

03



RG do Ministério da Saúde de 2021

### LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, 2019-2021

	Valor Anual		
Despesas	2019 (R\$)	2020 (R\$)	2021 (R\$)
Aluguel	20.117.812,56	20.117.812,56	21.126.291,96
Condomínio	6.896.179,95	4.756.996,76	5.273.153,38
IPTU	1.358.067,51	1.337.186,97	1.372.015,52
<b>Total</b>	<b>28.372.060,02</b>	<b>26.211.996,29</b>	<b>27.771.460,86</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Acompanhamento e Execução de Contratos Administrativos (CGCON)

Administração Predial	
Principais custos prediais	
Serviços	Custo (R\$)
Água e Esgoto	1.242.716,44
Energia elétrica	4.599.674,17
Manutenção Predial	8.279.777,79
<b>Total</b>	<b>14.122.168,40</b>

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA/SE/MS)

### DESAFIZAMENTO DE ATIVOS

Em 2021, foram realizados 10 processos de desfazimento.

Item	Quantidade	Valor (R\$)
Equipamentos de informática	1.258	129.838,31
Mobiliário geral	2.908	480.564,52
Veículos	8	108.658,50
<b>Total</b>	<b>4.174</b>	<b>719.061,33</b>

# Governança, riscos e resultados

## Gestão patrimonial e de serviços gerais

capítulo 4

### Desempenho da gestão

*Gestão de pessoas; assistência e serviços integrados de saúde; gestão de tecnologia da informação, gestão do orçamento e finanças, gestão de licitações e das contratações; gestão predial; e gestão de processos e organização administrativa.*

Projetos relevantes e transformadores, em andamento ou realizados em 2021



Gráfico 52 – Total doado por ano – Valores depreciados

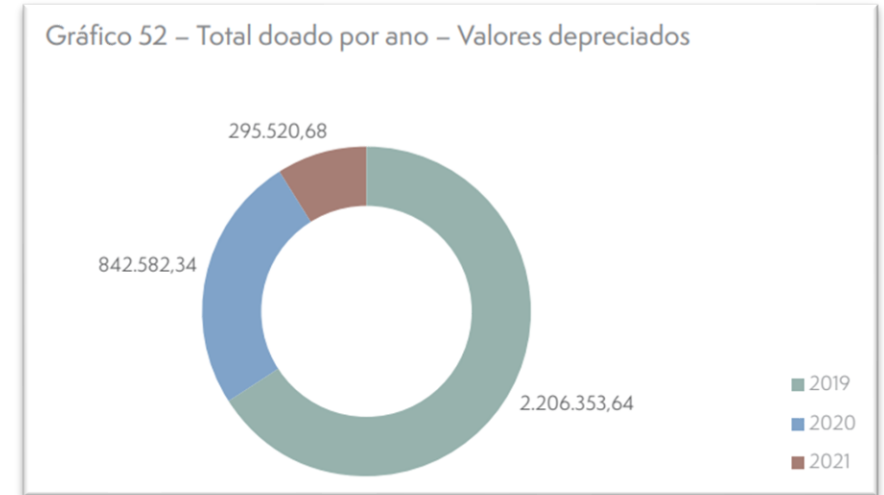
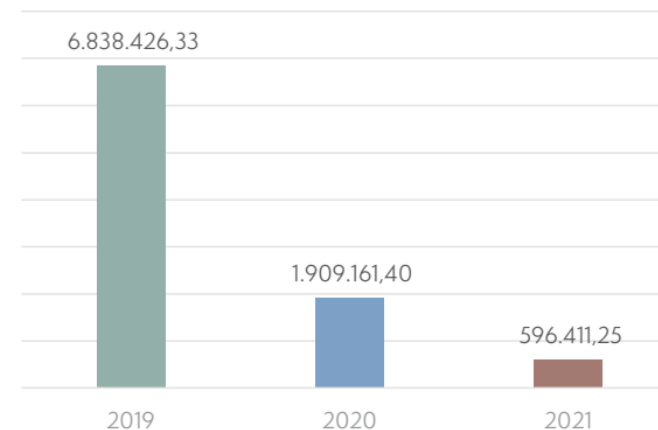


Gráfico 54 – Investimentos realizados em infraestrutura e equipamentos



# Governança, riscos e resultados

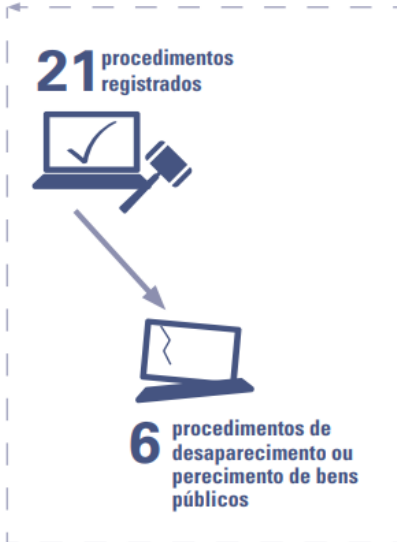
## Correição e apuração de ilícitos

**140** procedimentos registrados  
2018

**68** procedimentos registrados  
2019

**13** procedimentos registrados  
2020

**21** procedimentos registrados  
2021



Quadro consolidado dos procedimentos apuratórios realizados em 2021 por assunto:

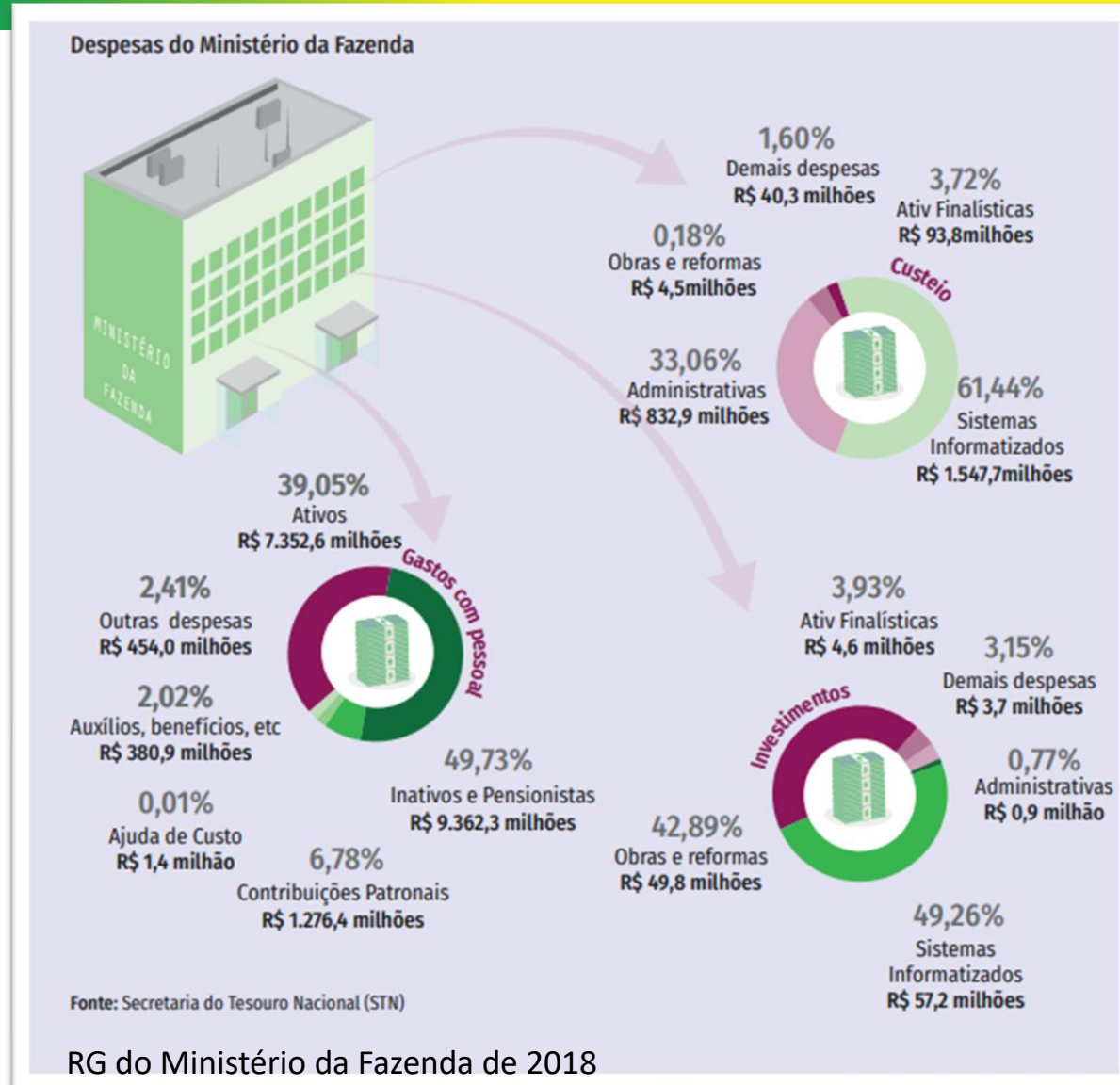
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO		RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO	
Assunto	Número de procedimentos realizados	Assunto	Número de procedimentos realizados
Acumulação indevida de cargos	0	Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou desprezo	2
Assédio moral	0	Favorecimento próprio ou de terceiros	0
Assédio Sexual	0	Fraude em contrato administrativo celebrado com a administração pública estrangeira	0
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	1	Fraude em contrato administrativo celebrado com a administração pública nacional	0
Ausência ou impuntualidade ao serviço	1	Fraude em procedimento licitatório da administração pública estrangeira	0
BDE - A Classificar	0	Fraude em procedimento licitatório da administração pública nacional	0
Comportamento inidôneo	0	Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	6
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	0	Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	0
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	0	Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	0
Coronavírus	0	Monitor - A Classificar	0
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	6	Não entrega de documentação no prazo, não manutenção da proposta apresentada, recusa injustificada à celebração de contrato ou atos análogos praticados em procedimento licitatório	0
Descumprimento da Lei de Acesso à Informação	0	Nepotismo	0
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	0	Pagamento de vantagem indevida ou seu oferecimento, direto ou indireto, a agente público estrangeiro ou a terceiro relacionado	0
Descumprimento de Regime de Dedicção Exclusiva	0	Pagamento de vantagem indevida ou seu oferecimento, direto ou indireto, a agente público nacional ou a terceiro relacionado	0
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	0	Prática de fraude fiscal	0
Desproporção entre patrimônio e renda	0	Reconhecimento de dívida	0
Desrespeito ao sigilo de informações	0	Representação de interesse particular junto à administração	0
Dificultar/intervir na atividade de investigação/fiscalização de órgãos ou agentes públicos estrangeiros	0	Utilização dissimulada de interposta pessoa para a obtenção de vantagem indevida junto à administração pública estrangeira	0
Dificultar/intervir na atividade de investigação/fiscalização de órgãos ou agentes públicos nacionais	0	Utilização dissimulada de interposta pessoa para a obtenção de vantagem indevida junto à administração pública nacional	0
e-OUV - A Classificar	0		
e-PAD - A Classificar	0		
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	5	<b>Total de procedimentos:</b>	<b>21</b>



# Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

## Despesas

Quais as **principais despesas** da organização?



# Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

## 03



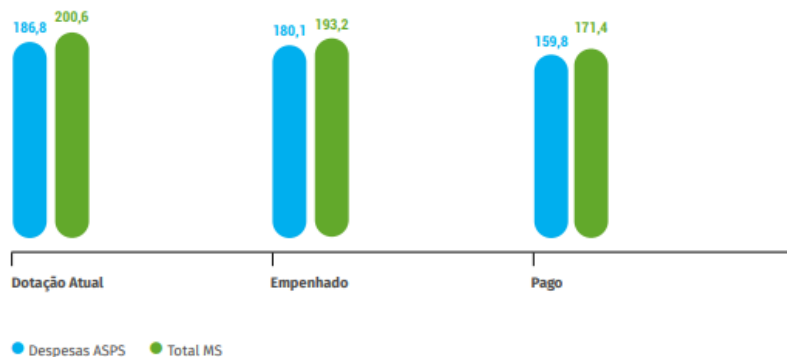
CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

DOTAÇÃO AUTORIZADA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (EM R\$ BILHÕES)



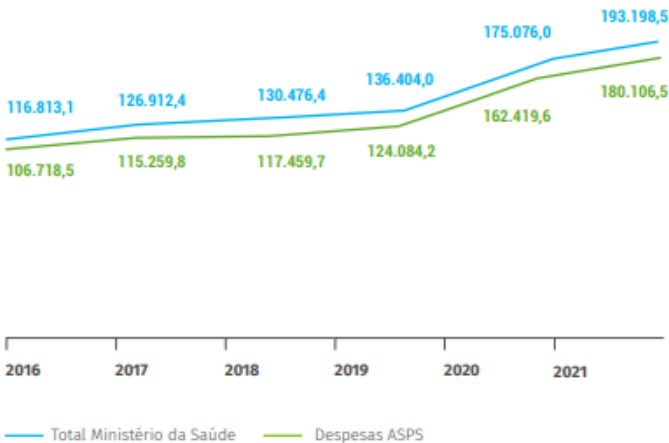
Fonte: SIOP, 2022.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EM R\$ BILHÕES)



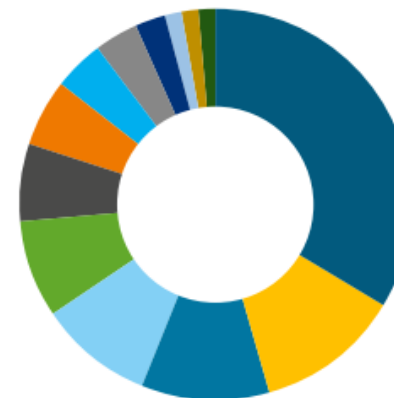
Fonte: SIOP, 2022.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DESPESAS EMPENHADAS (EM R\$ MILHÕES)



Fonte: SIOP, 2022.

DOTAÇÃO EMPENHADA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE POR PRINCIPAIS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (EM R\$ BILHÕES)



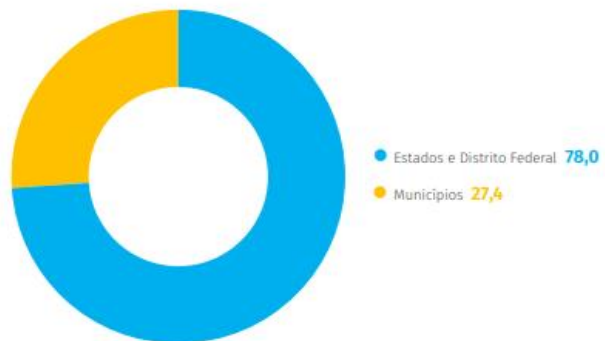
- Custeio da atenção de média e alta complexidades (ação 8585) **65,0**
- Piso de atenção primária à saúde (ação 219A) **23,1**
- Enfrentamento da covid-19 (ação 21C0) **20,4**
- Demais ações **18,2**
- Imunobiológicos e insumos estratégicos (ação 20YE) **15,6**
- Assistência farmacêutica - componentes especializado e estratégico, farmácia básica, medicamentos AIDS e homoderivados (ações 4705, 4370, 20AE, 4295 e 4368) **12,7**
- Aposentadoria e Pensões (ação 0181) **10,5**
- Incremento temporário ao custeio da atenção primária (ação 2E89) **7,8**
- Pessoal ativo (ação 20TP) **7,0**
- Incremento temporário ao custeio da atenção em média e alta complexidades (ação 2E90) **4,8**
- Mais Médicos (ação 21BG) **2,9**
- Incentivo para vigilância em saúde (ação 20AL) **2,6**
- Farmácia Popular - gratuidade e copagamento (ações 20YR e 20YS) **2,5**

# Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

03

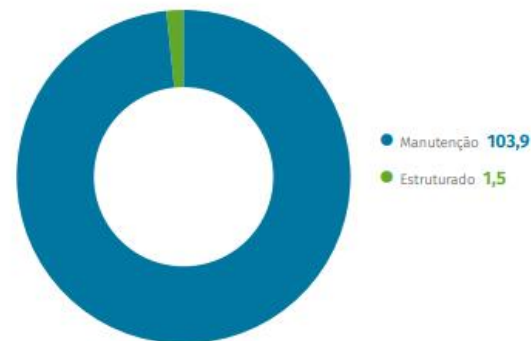


TRANSFERÊNCIAS "FUNDO A FUNDO" POR TIPO DE REPASSE  
(EM R\$ BILHÕES)



Fonte: SISPAG/FNS. 2021.

TRANSFERÊNCIAS "FUNDO A FUNDO" POR BLOCO  
(EM R\$ BILHÕES)



Fonte: SISPAG/FNS. 2021.

TRANSFERÊNCIAS "FUNDO A FUNDO" DO BLOCO DE MANUTENÇÃO POR COMPONENTE  
(EM R\$ BILHÕES)



Fonte: SISPAG/FNS. 2021.

# Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

capítulo 4

## Desempenho da gestão

*Gestão de pessoas; assistência e serviços integrados de saúde; gestão de tecnologia da informação, gestão do orçamento e finanças, gestão de licitações e das contratações; gestão predial; e gestão de processos e organização administrativa.*

Gráfico 50 – Composição do Orçamento STF – 2021

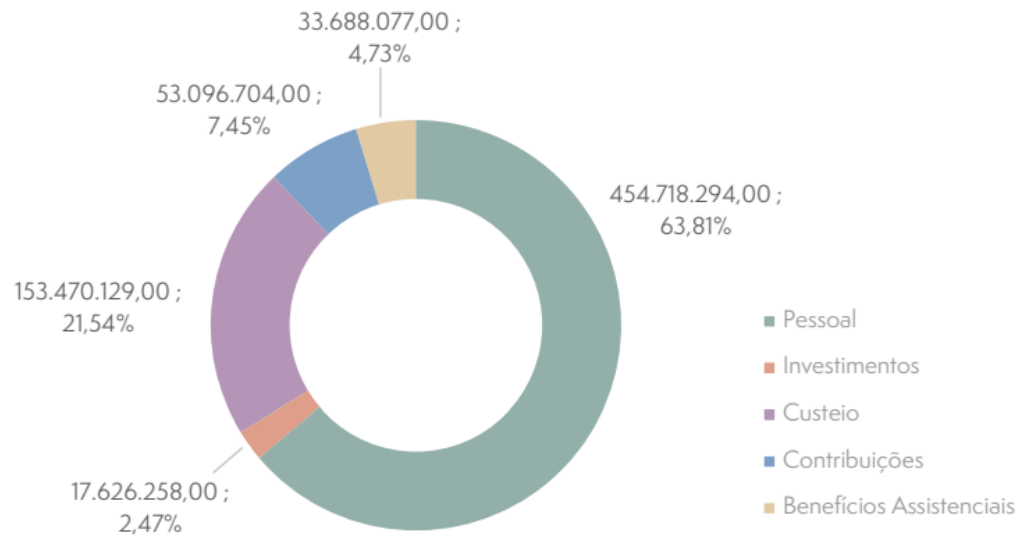
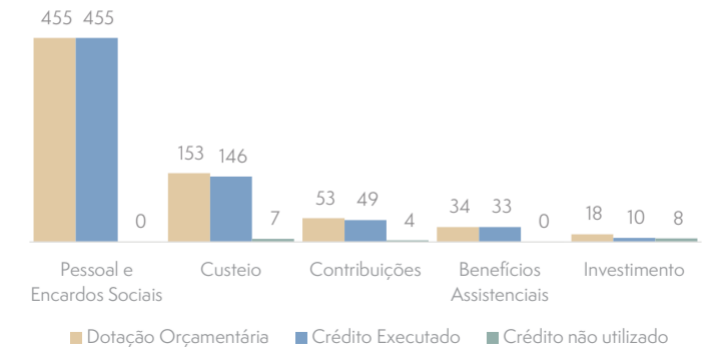


Gráfico 51 – Dotação x Execução por Tipo de Despesa -2021 em milhões de reais





# Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

## Gestão de Custos

O Sistema de Custos tem como embasamento o disposto na Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, considerando a necessidade de manter Sistema de Custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, estabelecida na forma do inciso XIX do art. 7º do Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009.

A Secretaria do Tesouro Nacional publicou as portarias STN nº 157, de 09 de março de 2011, e Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011 que instituíram o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

Para atender ao dispositivo legal, o MF, por meio da portaria GMF nº 324/2014, art. 2º, V, definiu que o Comitê Estratégico de Gestão (CEG), substituído pelo Comitê Estratégico de Governança do MF (CEG) pela Portaria MF 267, de 05 de junho de 2018, tem por competência e finalidade instituir política de gestão de custos alinhada à estratégia ministerial. A SPOA/MF por meio da portaria nº 498/2014 instituiu o Modelo de Mensuração de Custos do Ministério da Fazenda, o Manual deste modelo, a Setorial de Custos neste Ministério e as competências dos responsáveis pelas execuções orçamentárias e contábeis.

Atualmente, está em vigor a Portaria Nº 558, de 29 de dezembro de 2015, que aprovou a 2ª versão do Manual de Mensuração de Custos a ser obrigatoriamente aplicado no Ministério da Fazenda.

A metodologia de mensuração e de apuração de custos adotada no âmbito do Ministério da Fazenda é norteada pela Cadeia de Valor Integrada do MF, modelo de gestão a qual proporciona algumas sugestões e reflexões de iniciativas de uso da cadeia de valor para que a orientação por processo com foco em resultados seja internalizada na organização.

Cabe ressaltar que a referida cadeia é constituída pela junção das diversas outras cadeias de valor, a partir das responsabilidades e dos valores a serem entregues pelos órgãos que compõem a sua estrutura e que cada cadeia é formada por macroprocessos, processos e atividades, em ordem decrescente de detalhamento, subdividida em processos finalísticos e processos de estratégia, gestão e suporte. Os custos do MF em 2018 totalizaram 12,14 bilhões, um acréscimo de 4% em relação ao ano de 2017 (R\$ 11,65 bilhões).

Fonte: RG 2018 Ministério da Fazenda.

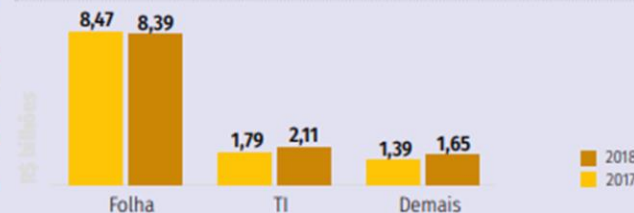


### Custos do MF Finalístico x Suporte



Em 2018, cerca de 73% (8,81 R\$ bilhões) dos custos do MF foram gastos nas áreas finalísticas e 27% (R\$ 3,33 bilhões) nas áreas de suporte (administrativas).

### Custos do MF por Tipo de Despesa



# Apêndice

## Relação de gestores e responsáveis



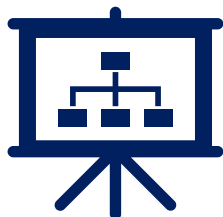
- **Dirigente máximo** da UPC;
- Membro de diretoria ou ocupante de **cargo de direção** no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente máximo;
- **Responsáveis por ato de gestão** que possa afetar o alcance de objetivos ou causar impacto na legalidade, economicidade, eficiência ou eficácia na gestão da UPC.

Unidade Prestadora de Contas: **Secretaria XXXXXXXXXXXX**

Nome Completo	CPF	Cargo ou Função exercida	Período Inicial	Período final	Correio eletrônico (e-mail)	Contato telefônico institucional
Insira o nome completo, sem abreviatura.	Digite o CPF no seguinte modelo: XXX.XXX.XXX-XX	Informe o cargo ou função exercida. Ex.: Governador do Estado, Presidente do Tribunal XXXXX, Prefeito Municipal, Secretário de Saúde, Subsecretário de Educação, Pregoeiro, Tesoureiro, Fiscal de Contrato e etc.	Informe o período inicial de exercício no cargo ou função. Caso o exercício seja anterior ao ano fiscal, informe o primeiro dia do ano. Ex.: 01/01/2021	Informe o período final de exercício no cargo ou função. Caso continue no exercício no ano fiscal seguinte, informe o último dia do ano. Ex.: 31/12/2021	Informe o correio eletrônico institucional ou e-mail. Ex. fulano.silva@gmail.com	Informe o contato telefônico institucional, preferencialmente celular.

## Apresentação da versão preliminar do RGC ao Poder Legislativo

- Somente para o **Poder Executivo**;
- Caso o Poder Executivo tenha **mais de uma UARG**, a apresentação da versão preliminar deverá abranger um **resumo** de todos os relatórios de gestão elaborados;
- É **facultada** a apresentação da versão preliminar do RGC ao Poder Legislativo quando o chefe do Poder Executivo em exercício **for diferente** daquele que exercia o mandato em 31 de dezembro do ano anterior, continuando a **obrigatoriedade da elaboração e entrega ao TCE-PI**;



**Divulgar (15 dias antes)** a audiência por edital na imprensa oficial e no site e/ou redes sociais



**Realizar** a audiência pública **até o final de fevereiro** do ano seguinte



**Lavrar a ata** da audiência pública com recolhimento das assinaturas

# Relatório de Gestão Consolidado

## Edital de convocação para audiência pública de apresentação do Relatório de Gestão do Executivo



EDITAL Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_de \_\_\_\_de \_\_\_\_de 20\_\_.

“Dispõe sobre a publicidade da Audiência Pública para apresentação do Relatório de Gestão do exercício de 20\_\_, para dar cumprimento ao que determina o §2º do art. 7º da Instrução Normativa TCE/PI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ / PREFEITO MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os interessados que:

CONSIDERANDO que o relatório de gestão tem como finalidade proporcionar uma visão clara para a sociedade e uma orientação para o futuro quanto à capacidade do Poder Executivo Municipal/Estadual de gerar valor público em curto, médio e longo prazo, bem como do uso que fazem dos recursos públicos e seus impactos na sociedade, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos;

CONSIDERANDO que a versão preliminar do relatório de gestão consolidado do Poder Executivo Municipal/Estadual deverá ser apresentada ao respectivo Poder Legislativo em atendimento ao art. 7º da Instrução Normativa TCE/PI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_;

RESOLVE:

Art. 1º Fica marcada para o dia \_\_\_\_de \_\_\_\_do corrente ano, a audiência pública para apresentação da versão preliminar do relatório de gestão do Poder Executivo referente ao exercício de 20\_\_.

§ 1º A audiência que trata o caput deste artigo será realizada no espaço do auditório da Câmara Municipal/Assembleia Legislativa deste município, às \_\_\_\_:00 h.

§ 2º Ficam convidadas as autoridades e demais interessados para tomar conhecimento dos resultados alcançados pelo Poder Executivo Municipal/Estadual e demais informações constantes no Relatório de Gestão 20\_\_.

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Modelo apêndice A da IN TCE-PI 001/2022



# Relatório de Gestão Consolidado

O RGC deverá ser publicado nos sites oficiais das UPCs

*“Transparência e prestação de contas”*



Ministério da Saúde

O que você procura?

gov.br

ASSUNTOS	CORONAVÍRUS	COMPOSIÇÃO	ACESSO À INFORMAÇÃO	CENTRAIS DE CONTEÚDO	CANAIS DE ATENDIMENTO
Notícias	Vacinas	Organograma	Institucional	Áudios	Ouvidoria do SUS
Saúde de A a Z	Entregas de Vacinas Covid-19	Quem é Quem	Agenda de Autoridades	Apresentações	Sala de Imprensa
Variola dos Macacos	Liberação de Vacinas	Secretaria Executiva	Ações e Programas	Imagens	Localizaus
Assistência Farmacêutica no SUS	O que é a Covid-19?	Diretoria de Integridade	Participação Social	Videos	
Conecte-SUS	Como é transmitido?	Consultoria Jurídica	Auditorias	Publicações MS	
LocalizaSUS	Sintomas	Sec. de Atenção Primária à Saúde	Convênios e Transferências	Manual de Marcas do Ministério da Saúde	
Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - PCDT	Como se proteger?	Sec. de Atenção Especializada à Saúde	Receitas e Despesas	Marcas do Ministério da Saúde e Governo Federal	
Readequação da rede física do SUS	Diagnóstico	Sec. de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos	Licitações e Contratos	Servidores	
Rede Nacional de Dados em Saúde - RNDS	Estou doente: o que fazer?	Sec. de Vigilância em Saúde	Informações Classificadas		
Saúde Brasil	Atendimento e fatores de risco	Sec. de Saúde Indígena	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)		
Saúde Digital	Informes Diários Covid-19	Sec. Especial de Saúde Indígena	Perguntas Frequentes (FAQ)		
Saúde Indígena	Suporte aos Estados	Sec. de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde	Dados abertos		
	Ações Estratégicas	Sec. Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19	SEI!		
	Boletins Epidemiológicos COVID	Órgãos Colegiados	Banco de Preços		
	PrevCov	Entidades Vinculadas	Concursos e Seleções		
	Mutações Genéticas		Conselhos e Comitês		
	Dados COVID-19 no Brasil		Gestão do SUS		
	Painel Covid-19		Governança Pública		
	Coronavírus SUS		Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)		
	Serviços de Saúde		Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS		
	Publicações Técnicas				
	Perguntas e Respostas				
	Portarias				
	Notas Técnicas				
	Informes Técnicos				
	Notas Informativas				
	Ofícios Circulares				

Transparência e prestação de contas

# Relatório de Gestão Consolidado

## Apresentação do RGC ao Tribunal de Contas



- Deverá ser entregue por meio do sistema Documentação Web pelas UARGs, devendo informar o link do documento no site oficial da UPC;
- Para 2022, os prazos e as UARGs foram definidas na Portaria 756/2022
  - **UARGs estaduais:** mesmo prazo da PC de Dezembro/2022;
  - **UARGs municipais:** mesmo prazo da PC do Balanço Geral;
- O dirigente máximo da UARG que estiver exercendo o cargo no encerramento do exercício de referência é o responsável por apresentar o RGC ao TCE-PI;

# Relatório de Gestão Consolidado

## Diretrizes de recebimento do RGC pelo Tribunal de Contas



- **Requisitos obrigatórios**

- Impedem o recebimento do relatório
- Exemplos:
  - Não apresentação do **organograma** da organização;
  - Não apresentação dos resultados relacionados a **despesas materialmente relevantes**;
  - Ausência de dados sobre **gestão de pessoas**;
  - Ausência de dados sobre a **gestão patrimonial**;
  - Relatório não contém um tópico que trate do resumo das **informações orçamentárias, financeiras e contábeis**;
  - Não apresentação da **relação de gestores**

- **Nível de maturidade do RGC**

Inicial	Básico	Intermediário	Aprimorado	Avançado
De 0% a 20%	De 20,1% a 40%	De 40,1% a 60%	De 60,1% a 80%	De 80,1% a 100%

# Obrigado

**Contatos:**

**Leonardo Santana**

**E-mail: [leonardo.pereira@tce.pi.gov.br](mailto:leonardo.pereira@tce.pi.gov.br)**

**Telefone SECEX: 86 3215-3868**

